

[•] de janeiro de 2012

100070

23 JAN 2012

Demarest e Almeida
Minuta- 26.1.2012

10

Gabriel Lira

Índice

1.	DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO	1
2.	REQUISITOS.....	1
3.	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	2
4.	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	4
5.	VENCIMENTO ANTECIPADO	12
6.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	17
7.	AGENTE FIDUCIÁRIO	19
8.	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	25
9.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO	26
10.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	27
11.	DESPESAS.....	28
12.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
13.	LEI APLICÁVEL E FORO	29
	ANEXO I — DEFINIÇÕES	1

23 JAN 2012

Demarest e Almeida
Minuta- 26.1.2012

11
Voluntária

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, neste ato representada na forma do seu contrato social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

celebram o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE.*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), observadas as cláusulas a seguir.

1. DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

1.1. Palavras e expressões em maiúsculas, não definidas no texto desta Escritura, terão o significado a elas atribuído no Anexo I.

1.2. A emissão das Debêntures, a Oferta e a constituição das Garantias Reais serão realizadas com base nas deliberações tomadas em reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em [•] de janeiro de 2012 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora e conforme artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. REQUISITOS

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos descritos a seguir.

2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no "Jornal do Comércio" ("Jornal") e no DOERJ, em atendimento ao artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Registro da Escritura

2.2.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCERJA, em atendimento ao artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro em cartórios

2.3.1. O Contrato de Garantias Reais, no prazo ali previsto, será registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; e (ii) São Paulo, no Estado de São Paulo. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantias Reais, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, no prazo fixado no Contrato de Garantias Reais.

2.4. Dispensa automática de registro

2.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Oferta, por se realizar no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto, está também automaticamente dispensada de registro naquela associação.

2.5. Registro para distribuição e negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição, e para negociação no mercado secundário, através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer de acordo com a Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, conforme o caso, por tal Investidor Qualificado.

2.5.2.1. "Investidores Qualificados" são os assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, entretanto, o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1. Objeto social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de

resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e

- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "i", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3. Número de séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Destinação dos recursos

3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; e (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive comissões do Coordenador Líder e despesas de registro em cartório.

3.6. Forma e procedimento de colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do contrato de coordenação, colocação e distribuição a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação"), que organizará plano de distribuição, tendo como público-alvo Investidores Qualificados com perfil de risco adequado às Debêntures. Conforme a referida instrução: (i) será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures deverão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2. Observado o artigo 8º, §2º, da Instrução CVM 476 o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias, contado de seu encerramento.

14
Gabriel**3.7. Banco mandatário e escriturador**

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário da Emissão ("Banco Mandatário"). A Itaú Corretora de Valores S.A. será o agente escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador").

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**4.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal").

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [•] de [•] de 2012 ("Data de Emissão").

4.4. Prazo e Data de Vencimento

4.4.1. As Debêntures vencerão em 15 de fevereiro de 2017 ("Data de Vencimento").

4.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.

4.5. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Agente Escriturador.

4.5.3. Adicionalmente, será expedido, pela CETIP, extrato, em nome do Debenturista, quando depositadas no SND, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.7. Espécie e garantia

4.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias reais, nos termos do Contrato de Garantias Reais e do disposto abaixo.

15
valor real

4.7.2. Será constituída, em garantia das Obrigações, (i) penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, em 1º grau, oriundos da prestação dos Serviços, pela Emissora, para os Usuários dos Municípios Autorizados; e (ii) cessão fiduciária sobre o saldo positivo da conta vinculada, na qual a Emissora se obriga a depositar, mensalmente os recursos oriundos dos direitos creditórios empenhados referidos em "i", em montante equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor (a) da próxima Amortização Programada acrescida do valor da Remuneração devida, no mês subsequente ao da transferência; ou (b) em caso de vencimento antecipado das obrigações, das Amortizações Programadas devidas acrescidas da Remuneração aplicável, sem prejuízo dos acréscimos de outros encargos incidentes sobre o saldo devedor ("Garantias Reais"). As Garantias Reais serão formalizadas por meio do "*Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças*", a ser celebrado na data de celebração desta Escritura, entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantias Reais"), e cujo monitoramento será feito pelo Agente Fiduciário, nos termos de referido contrato, sem prejuízo das obrigações estipuladas nesta Escritura. O Contrato de Garantias Reais irá detalhar as demais características das Garantias Reais bem como irá impor diversas outras obrigações para Emissora, nos termos nele descritos.

4.7.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução, judicial ou extrajudicial, das Garantias Reais, uma vez verificada qualquer hipótese de inadimplemento das Obrigações pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, observado o disposto no Contrato de Garantias Reais.

4.7.4. As Garantias Reais poderão ser executadas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não-excussão, total ou parcial, das Garantias Reais, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias Reais pelos Debenturistas.

4.8. Remuneração

4.8.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]$$

onde:

J corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

VNe corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n_{di} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{di} " um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread corresponde a 2,20; e

n corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, exclusive, sendo " n " um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão, nas seguintes datas (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração"): 17 valores

#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração
1	15.03.2012	21	15.11.2013	41	15.07.2015
2	15.04.2012	22	15.12.2013	42	15.08.2015
3	15.05.2012	23	15.01.2014	43	15.09.2015
4	15.06.2012	24	15.02.2014	44	15.10.2015
5	15.07.2012	25	15.03.2014	45	15.11.2015
6	15.08.2012	26	15.04.2014	46	15.12.2015
7	15.09.2012	27	15.05.2014	47	15.01.2016
8	15.10.2012	28	15.06.2014	48	15.02.2016
9	15.11.2012	29	15.07.2014	49	15.03.2016
10	15.12.2012	30	15.08.2014	50	15.04.2016
11	15.01.2013	31	15.09.2014	51	15.05.2016
12	15.02.2013	32	15.10.2014	52	15.06.2016
13	15.03.2013	33	15.11.2014	53	15.07.2016
14	15.04.2013	34	15.12.2014	54	15.08.2016
15	15.05.2013	35	15.01.2015	55	15.09.2016
16	15.06.2013	36	15.02.2015	56	15.10.2016
17	15.07.2013	37	15.03.2015	57	15.11.2016
18	15.08.2013	38	15.04.2015	58	15.12.2016
19	15.09.2013	39	15.05.2015	59	15.01.2017
20	15.10.2013	40	15.06.2015	60	15.02.2017

4.8.3. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso,

do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.8.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.8.7. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.8.8. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Subscrição e Integralização

4.10.1. A totalidade das Debêntures será subscrita na mesma data, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10.2. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.10.3. Todas as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.11. Pagamento

4.11.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora; ou (ii) por meio do Agente Escriurador.

4.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser

realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.11.3. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11.4. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das Obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11.5. Caso goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, o Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.12. Amortização Programada

4.12.1. As Debêntures serão amortizadas mediante rateio, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Valor Nominal, ou seu saldo, acrescido da Remuneração, será pago pela Emissora em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas ("Amortização Programada"), na forma disposta no quadro abaixo.

#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
1	15.03.2012	1,6667%	31	15.09.2014	1,6667%
2	15.04.2012	1,6667%	32	15.10.2014	1,6667%
3	15.05.2012	1,6667%	33	15.11.2014	1,6667%
4	15.06.2012	1,6667%	34	15.12.2014	1,6667%
5	15.07.2012	1,6667%	35	15.01.2015	1,6667%
6	15.08.2012	1,6667%	36	15.02.2015	1,6667%
7	15.09.2012	1,6667%	37	15.03.2015	1,6667%
8	15.10.2012	1,6667%	38	15.04.2015	1,6667%
9	15.11.2012	1,6667%	39	15.05.2015	1,6667%
10	15.12.2012	1,6667%	40	15.06.2015	1,6667%
11	15.01.2013	1,6667%	41	15.07.2015	1,6667%
12	15.02.2013	1,6667%	42	15.08.2015	1,6667%
13	15.03.2013	1,6667%	43	15.09.2015	1,6667%
14	15.04.2013	1,6667%	44	15.10.2015	1,6667%
15	15.05.2013	1,6667%	45	15.11.2015	1,6667%
16	15.06.2013	1,6667%	46	15.12.2015	1,6667%
17	15.07.2013	1,6667%	47	15.01.2016	1,6667%
18	15.08.2013	1,6667%	48	15.02.2016	1,6667%
19	15.09.2013	1,6667%	49	15.03.2016	1,6667%
20	15.10.2013	1,6667%	50	15.04.2016	1,6667%
21	15.11.2013	1,6667%	51	15.05.2016	1,6667%
22	15.12.2013	1,6667%	52	15.06.2016	1,6667%
23	15.01.2014	1,6667%	53	15.07.2016	1,6667%
24	15.02.2014	1,6667%	54	15.08.2016	1,6667%

25	15.03.2014	1,6667%	55	15.09.2016	1,6667%
26	15.04.2014	1,6667%	56	15.10.2016	1,6667%
27	15.05.2014	1,6667%	57	15.11.2016	1,6667%
28	15.06.2014	1,6667%	58	15.12.2016	1,6667%
29	15.07.2014	1,6667%	59	15.01.2017	1,6667%
30	15.08.2014	1,6667%	60	15.02.2017	1,6667%

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações: (i) por preço igual ou inferior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser recolocadas no mercado.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, oferta irrevogável de resgate antecipado das Debêntures em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado ou de envio de carta a todos os Debenturistas ("Edital de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) data efetiva para o resgate das Debêntures em Circulação e pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (b) data limite para os Debenturistas manifestarem a intenção de aderirem a Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Edital de Resgate Antecipado, e o procedimento para tal manifestação; e (c) demais informações relevantes aos Debenturistas;
- (ii) A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado de todos os Debenturistas que manifestaram sua aceitação à Oferta de Resgate Antecipado na data indicada no Edital de Resgate Antecipado; e
- (iii) O valor a ser pago aos Debenturistas em decorrência do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado, acrescido de um prêmio fixo, a depender da data em que o Resgate Antecipado será efetuado, de acordo com a tabela abaixo:

Data do Resgate	Prêmio sobre o valor do Resgate Antecipado
Entre a Data de Emissão e [...], inclusive	0,60%
Entre [...] e [...], inclusive	0,55%
Entre [...] e [...], inclusive	0,50%
Entre [...] e [...], inclusive	0,45%
Entre [...] e [...], inclusive	0,40%
Entre [...] e [...], inclusive	0,35%
Entre [...] e [...], inclusive	0,30%
Entre [...] e [...], inclusive	0,25%
Entre [...] e [...], inclusive	0,20%
Entre [...] e [...], inclusive	0,15%
Entre [...] e a Data de Vencimento	0,10%

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15. Amortização Antecipada Facultativa

4.15.1. A amortização antecipada das Debêntures, pela Emissora, dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em AGD, e observará a cláusula 8 abaixo, e o regulamento da CETIP. A CETIP deverá ser comunicada da convocação de referida AGD.

4.16. Incorporação, Fusão ou Cisão

4.16.1. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.

4.17. Comunicações

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Jornal, podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.17.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

At: Hélio Cabral Moreira
Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova
CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2332-3644
Fax: (21) 2332-3644
Email: helio.cabral@cedae.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário

23 JAN 2012

22 Sora eize

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

At: Viviane Rodrigues
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário**Itaú Unibanco S.A.**

At: Claudia Vasconcellos
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo, SP
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (011) 5029-1920
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Agente Escriturador**Itaú Corretora de Valores S.A.**

At: Claudia Vasconcellos
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (011) 5029-1920
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP

Av. República do Chile, 230, 11º andar
CEP: 20031-919, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2276-7474

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 1º andar
Jardim Paulistano
CEP: 01452-001
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

4.17.3. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.17.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO**5.1. Vencimento Antecipado**

5.1.1. Observado o disposto nas cláusulas 5.2.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de formalizar as Garantias Reais, nos termos e no prazo estabelecido no Contrato de Garantias Reais;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais;
- (iv) caducidade, encampação, não renovação, revogação das Concessões ou qualquer outro ato ou efeito, cujo efeito, individual ou conjuntamente, represente redução no período, em comparação com o resultado anual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante de Arrecadações relativas exclusivamente aos Municípios Autorizados, conforme o Relatório de Arrecadações da Emissora;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações ou licenças, de qualquer espécie, que não as Concessões, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora ou a Controlada em questão comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (vi) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados: (i) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (iii) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, dos três o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (vii) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou qualquer de suas Controladas;

- (viii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (ix) caso as garantias previstas no Contrato de Garantias Reais sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornem-se insuficientes, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (xi) realização de redução do capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) descumprimento de qualquer decisão judicial ou administrativa contra a Emissora ou qualquer Controlada, em valor unitário ou agregado superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, a que estejam sujeitas a Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, ou inserção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior, a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora, por si ou em nome da sua Controlada em questão, que (i) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (xv) se as Garantias Reais deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com a garantia real dos credores das Dívidas Existentes, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xvi) compartilhamento ou constituição de quaisquer novos Ônus (excetuados aqueles em decorrência das Dívidas Existentes, conforme descritos no Contrato de Garantias Reais) sobre as Garantias Reais ou sobre os bens e direitos a que elas se relacionam, nos termos do Contrato de Garantias Reais,

sem a aprovação prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD;

- (xvii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xviii) realização de qualquer pagamento de Participação no Resultado pela Emissora ou por qualquer Controlada, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xix) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas, em valores individuais ou agregados, superiores a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);
- (xx) qualquer Reorganização Societária da Emissora, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xxi) Alienação ou Oneração do Controle da Emissora a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Controladas;
- (xxiii) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos Serviços;
- (xxiv) não-manutenção, pela Emissora, do seguinte índice financeiro, a ser apurado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações e documentos recebidos nos termos da cláusula 6.1(i)(b) abaixo, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de tais informações e documentos ("Índice Financeiro"):

$$\text{Dívida Líquida/LAJIDA} < 3,50$$

onde:

"Dívida Líquida" corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pela Emissora junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, sem limitação, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, reduzido pelo montante de caixa e equivalentes; e

100071
26 soca e i e e

"Lajida" corresponde ao somatório, em base consolidada da Emissora: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período; e (v) dos tributos.

5.1.2. A comparação referida na cláusula 5.1.1(iv) será realizada, pelo Agente Fiduciário, com base no relatório referido na cláusula 6.1, abaixo, 4 (quatro) vezes por ano, (i) no último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais da Emissora, nos termos da regulamentação da CVM, ou (ii) em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação das respectivas informações financeiras, o que ocorrer primeiro.

5.1.3. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário pela Emissora em prazo de até 3 (três) dias úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou a comunhão dos Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, no Contrato de Garantias Reais e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

5.2. Quorum

5.2.1. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens "i", "ii", "vii", "viii", "ix", "xiii", "xiv", "xv", "xvi" e "xvii" da cláusula 5.1.1 acima acarretará, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura.

5.2.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais subitens da cláusula 5.1.1. acima, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na cláusula 8 abaixo e o quorum específico para as deliberações estabelecido na cláusula 5.2.3 abaixo.

5.2.3. A AGD a que se refere a cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo. Se na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não realização da AGD por falta de quorum ou qualquer outro motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, (e, no caso do subitem

(i) da cláusula 5.1.1 acima, dos Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados) em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.2.5. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a cláusula 5.2.4 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) até, no máximo, o último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações trimestrais de cada um dos 3 (três) trimestres de cada exercício social, nos termos legais, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de relatório de revisão especial dos auditores independentes e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do trimestre em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do mesmo período relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula 5.1.1 desta Escritura;

(b) até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sobre o Índice Financeiro, e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do exercício em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula 5.1.1 desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; (4) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento do Índice Financeiro; e (5) cópia do organograma atualizado do grupo econômico da Emissora, incluindo as suas Controladas, com base na data de envio do relatório;

(c) (1) data e ordem do dia de qualquer assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") no mesmo dia da publicação de sua convocação, e (2) cópias de todas as atas de Assembleias Gerais, de todas as reuniões do Conselho de Administração da Emissora que forem levadas

23 JAN 2012

23 sanc eiee

a registro nos termos do parágrafo 1º do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e, se instalado, e de todas as atas do Conselho Fiscal, que forem publicadas ou levadas a registro, na data em que forem realizadas;

- (d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - (e) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 3 (três) dias contados da respectiva data de solicitação; e
 - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na cláusula 5.1.1 acima, imediatamente após sua ocorrência;
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor devidamente registrado na CVM;
 - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (v) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder;
 - (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;
 - (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (x) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (xiii) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; e

- (xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto eventuais descumprimentos que não venham a causar um Impacto Adverso Relevante.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia **Planner Trustee DTVM Ltda.**, acima qualificado, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, estando autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) que a Oferta, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, ou a que esteja sujeito; e
- (viii) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10007
23 JAN 2012

30.000 eixx

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.

7.4. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

23 JAN 2012

31 Sara e i E

- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCERJA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias Reais, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantias Reais;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal, e enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (xiv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

32 son-ei-e

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgates e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xvi) colocar o relatório de que trata a cláusula 7.4 (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na sede do Coordenador Líder; e
 - (e) na CETIP.

100070

33

- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a cláusula 7.4.(xv) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente ou amortizadas, se for o caso;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxiii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na cláusula 6.1, acima;
- (xxiv) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (xxvi) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;

- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de honorários pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 03 (três) dias úteis após a data de assinatura desta Escritura, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, a ser paga proporcionalmente com base nos meses de atuação do Agente Fiduciário;
- (ii) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas Obrigações ou em caso de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicada (a) à assessoria aos Debenturistas; (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; (d) à execução das Garantias Reais ou das Debêntures. Referida remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- (iii) as parcelas de remuneração serão atualizadas, anualmente, pela variação acumulada do IGP-M, a partir da Data de Emissão, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo;
- (iv) os impostos (ISSQN, PIS e COFINS), nas alíquotas vigentes na data de pagamento, serão acrescidos à remuneração estabelecida nesta cláusula 7.7; e
- (v) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (vi) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão poderão ensejar a revisão dos honorários estabelecidos nesta Escritura, a serem acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

23 JAN 2012

35

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na cláusula 7.7 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da cláusula 7.9 abaixo.

7.9. O ressarcimento a que se refere a cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.10. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.11. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Qualquer AGD exigida ou decorrente desta Escritura será realizada nos termos desta cláusula 8.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado no Jornal, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecido nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

8.2 . Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto nas hipóteses de quorum específico previstas nesta Escritura.

8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

23 JAN 2012

37

- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantias Reais bem como a Oferta, (1) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos

ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantias Reais, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (2) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa, exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na cláusula 2.3.1 acima;

- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante; e
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura ou do Contrato de Garantias Reais seja enganosa, incorreta ou inverídica.

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta cláusula 10 e do Contrato de Garantias Reais.

11. DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

11.2. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos comprovantes.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura, o Contrato de Garantias Reais e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias Reais, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. LEI APLICÁVEL E FORO

13.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

23 JAN 2012

40

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [•] de janeiro de 2012.

(o restante da página foi deixado intencionalmente em branco)

100070
HA

[Página 1/1 de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE"]

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

PLANNER TRUTEE DTVM LTDA.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

Anexo I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
<u>"Aditamentos"</u>	conforme definido na cláusula 2.2.1
<u>"AGD"</u>	conforme definido na cláusula 8.1.1
<u>"Agente Escriturador"</u>	conforme definido na cláusula 3.7.1
<u>"Agente Fiduciário"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Alienação"</u> (bem como o verbo correlato <u>"Alienar"</u>)	qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
<u>"Amortização Programada"</u>	conforme definido na cláusula 4.12.1
<u>"Arrecadações"</u>	total de recebimento dos pagamentos dos Usuários em contraprestação dos Serviços.
<u>"Assembleia Geral"</u>	conforme definido na cláusula 6.1.(i).(c)
<u>"Banco Mandatário"</u>	conforme definido na cláusula 3.7.1
<u>"Caixa"</u>	é a Caixa Econômica Federal.
<u>"CETIP"</u>	CETIP S.A. — Mercados Organizados
<u>"Código Civil"</u>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
<u>"Código de Processo Civil"</u>	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
<u>"Concessões"</u>	concessões outorgadas à Emissora para a prestação dos Serviços
<u>"Contrato de Colocação"</u>	conforme definido na cláusula 3.6.1
<u>"Contrato de Concessão RJ"</u>	é o "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007

"Contrato de Garantias Reais"

conforme definido na cláusula 4.7.2

"Controle" (bem como os correlatos "Controlar" ou "Controlada")

a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa

"Coordenador Líder"

Banco Santander (Brasil) S.A., conforme definido na cláusula 3.6.1

"CVM"

Comissão de Valores Mobiliários

"Data de Emissão"

conforme definido na cláusula 4.3.1

"Data de Pagamento de Remuneração"

conforme definido na cláusula 4.8.2

"Data de Vencimento"

conforme definido na cláusula 4.4.1

"Debêntures"

conforme definido no preâmbulo

"Debêntures em Circulação"

conforme definido na cláusula 4.8.8

"Debenturistas"

conforme definido no preâmbulo

"Dívida Light"

significa o *"Contrato de Confissão de Dívida, Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações"*, celebrado entre a Emissora e a Light — Serviços de Eletricidade S.A. e o Banco Itaú S.A. em 22 de dezembro de 2005, e aditado em 18 de dezembro de 2006, 28 de dezembro de 2007 e 05 de agosto de 2011.

"Dívida Prece"

significa, em conjunto, os seguintes instrumentos celebrados entre a Emissora e a Prece — Previdência Complementar (i) *"Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívidas, que entre si fazem a Prece — Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE"*, celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011; (ii) *"Termo de Contrato e Confissão de Dívida que entre si celebram a Prece — Prece Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE"*, celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011; e (iii) *"Contrato de Assunção de Compromisso e de Financiamento que entre si celebram a Prece — Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE"*, celebrado em 15 de dezembro de 2011.

"Dívidas Existentes"

significa a Dívida Light, a Dívida Prece ou ambas

<u>"DOERJ"</u>	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
<u>"Edital de Resgate Antecipado"</u>	conforme definido na cláusula 4.14.1.(i)
<u>"Emissão"</u>	conforme definido na cláusula 3.2.1
<u>"Emissora"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Encargos Moratórios"</u>	conforme definido na cláusula 4.11.3
<u>"Escritura"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"FIDC"</u>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, inscrito no CNPJ nº 14.137.344/0001-51
<u>"Garantias Reais"</u>	conforme definido na cláusula 4.7.2
<u>"Impacto Adverso Relevante"</u>	impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas.
<u>"Índice Financeiro"</u>	conforme definido na cláusula 5.1.1.(xxiv)
<u>"Instrução CVM 28"</u>	Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
<u>"Instrução CVM 358"</u>	Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
<u>"Instrução CVM 409"</u>	Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
<u>"Instrução CVM 476"</u>	Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
<u>"Investidores Qualificados"</u>	conforme definido na cláusula 2.5.2.1
<u>"IGP-M"</u>	Índice Geral de Preços do Mercado
<u>"IPCA"</u>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
<u>"Jornal"</u>	conforme definido na cláusula 2.1.1
<u>"JUCERJA"</u>	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
<u>"Lei das Sociedades por Ações"</u>	Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
<u>"Municípios"</u>	são todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, para os quais a Emissora presta os Serviços
<u>"Municípios Autorizados"</u>	são todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro aos quais a CEDAE presta os Serviços, inclusive, sem limitação, aqueles cujos documentos de arrecadação possuam código de

"Municípios Excluídos"

cobrança nº 014, com exclusão dos Municípios Excluídos

são os municípios: (i) do Rio de Janeiro (com exceção da Área de Planejamento 5, conforme definido no Contrato de Concessão RJ), com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tal localidade foram cedidos em favor do FIDC, nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre a CEDAE e o FIDC, dentre outros, em 1º de dezembro de 2011; e (ii) de Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tais localidades encontram-se onerados em favor da Caixa, nos termos do "Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças" celebrado em 03 de novembro de 2011 entre a União e a CEDAE, com a interveniência da Caixa e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

"Obrigação"

toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, do Contrato de Garantias Reais e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal (que deverá ser calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos desta Escritura ou do Contrato de Garantias Reais; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão

"Oferta"

conforme definido na cláusula 2.4.1

"Oferta de Resgate Antecipado"

conforme definido na cláusula 4.14.1

"Ônus" e o verbo correlato "Onerar"

quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários

"Parte Relacionada"

(1) Com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (i) a Controle, (ii) seja por ela Controlada, (iii) esteja sob Controle comum, e (iv) seja com ela coligada, (2) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau, e (3) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

"Partes", e individualmente "Parte"

conforme definido no preâmbulo

"Participação no Resultado"

dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer Pessoa distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação em questão, conforme o caso

"Pessoa"

qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, *trust*, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica

"Período de Capitalização"

conforme definido na cláusula 4.8.3

"RCA"

conforme definido na cláusula 1.2.

"Relatório de Arrecadações"

relatório contendo (i) o total das Arrecadações no período indicado; e (ii) memória de cálculo para apuração do percentual referido na cláusula 5.1.1(iv), segregada em Municípios Autorizados e Municípios Excluídos.

"Remuneração"

conforme definido na cláusula 4.8.1

"Reorganização Societária"

em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 480, de 2009

"Resgate Antecipado"

conforme definido na cláusula 4.14.1

"Serviços"

são os Serviços Água e os Serviços Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora ao amparo das Concessões

"Serviços de Água"

são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável

"Serviços de Esgoto"

são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO
E DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
COM GARANTIA REAL, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO,
DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Datado de [•] de janeiro de 2012

Índice

1. CONDIÇÕES DA OFERTA	2
2. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES	3
3. CONDIÇÕES PRECEDENTES SUSPENSIVAS E RESOLUTIVAS	6
4. OBJETO	9
5. REGIME DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES	10
6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES	10
7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS	15
8. COMISSIONAMENTO	17
9. LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	18
10. PODERES DE REPRESENTAÇÃO	19
11. EXCLUSIVIDADE, CONFLITO DE INTERESSES E CONFIDENCIALIDADE	19
12. INDENIZAÇÃO	20
13. ALTERAÇÕES NOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA (MARKET FLEX)	21
14. DURAÇÃO E RESILIÇÃO	21
15. CESSÃO	22
16. COMUNICAÇÕES	22
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	23

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

1. **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora"); e
2. **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2235, bloco A, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder");

Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Coordenador Líder serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte".

Considerando que:

- (i) Em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em [•] de janeiro de 2012 ("RCA"), deliberou-se, por unanimidade de votos, a aprovação da segunda emissão de debêntures pela Emissora, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, perfazendo o valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com esforços restritos de colocação ("Debêntures" e "Emissão"), sem registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), conforme permitido pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita");
- (ii) Em [•] de [•] de 2012, a Emissora firmou com a **Planner Trustee DTVM Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário"), o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE*" ("Escritura");
- (iii) A RCA aprovou a contratação, pela Emissora, de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da coordenação, colocação e distribuição pública, com esforços restritos, das Debêntures no âmbito da Emissão, nos termos Instrução CVM 476;
- (iv) O Coordenador Líder é instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizada a operar no mercado de capitais, e concorda em realizar a distribuição das Debêntures junto ao público, sob o regime de garantia firme, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
- (v) A Emissora pretende contratar o Coordenador Líder para prestar os serviços relacionados à colocação das Debêntures junto ao público, com garantia firme de colocação, na forma prevista na Instrução CVM 476.

Desta maneira, as Partes celebram o presente "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE*" ("Contrato"), regido pelas Cláusulas a seguir.

Salvo se de outra forma definidas neste Contrato, palavras ou expressões em letras maiúsculas aqui utilizadas terão o significado atribuído na Escritura, no Contrato de Garantias Reais ou nos demais Documentos da Emissão.

1. CONDIÇÕES DA OFERTA

Observados os termos e condições deste Contrato, a Emissora contrata o Coordenador Líder para realizar a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures, observadas as condições descritas a seguir.

1.1. Arquivamento e publicação de atos societários

1.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em [•] de [•] de 2012, além de ter sido publicada no jornal "Jornal do Comércio" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em [•] de [•] de 2012, nos termos do artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Registro da Escritura na Junta Comercial

1.2.1 A Escritura foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em [•] de [•] de 2012, sob o número [•], nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

1.3. Registro do Contrato de Garantias Reais no Cartório

1.3.1. O Contrato de Garantias Reais foi registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em [•], sob o nº [•], pelo [cartório]; e (ii) São Paulo, no Estado de São Paulo, em [•], sob o nº [•], pelo [cartório]. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantias Reais, foi entregue ao Agente Fiduciário.

1.4. Dispensa automática de registro

1.4.1. As Debêntures serão ofertadas publicamente com esforços restritos de distribuição, sem registro da oferta na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, e de acordo com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

1.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Código ANBIMA"), a Oferta Restrita, por se realizar no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto, está também automaticamente dispensada de registro naquela associação.

1.5. Registro para distribuição e negociação

1.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição ("SDT"), e para negociação no mercado secundário, através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. De acordo com a Instrução CVM 476, qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e integralização.

1.5.1.1. "Investidores Qualificados" são os assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado, entretanto, o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476, que dispõem que: (i) todos os fundos de investimentos serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados, e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409, deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, um determinado número de Debêntures equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

2. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

2.1. As Debêntures terão as seguintes características, além de outras descritas na Escritura:

- (i) **Valor da Emissão** — O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").
- (ii) **Número de Séries** — As Debêntures serão emitidas em série única.
- (iii) **Data de Emissão** — Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é [•] de [•] de 2012 ("Data de Emissão").
- (iv) **Quantidade de Debêntures** — Serão emitidas 100 (cem) Debêntures no âmbito da Emissão.
- (v) **Lote Suplementar ou Adicional de Debêntures** — Não haverá.
- (vi) **Valor Nominal Unitário** — O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal").
- (vii) **Tipo e Forma** — As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural.
- (viii) **Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures** — Não haverá a emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo respectivo agente escriturador nomeado na Escritura. Adicionalmente, será expedido extrato, pela CETIP, em nome do Debenturista, quando depositadas no SND, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

53

- (ix) **Espécie e Garantia** — As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias reais, na forma prevista na Escritura e nos termos do Contrato de Garantias Reais.
- (x) **Público-alvo** — Investidores Qualificados com perfil de risco adequado às Debêntures. Conforme previsto na Instrução CVM 476: (a) será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (b) as Debêntures deverão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- (xi) **Conversibilidade** — As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- (xii) **Regime de Colocação** — A Emissão contará com regime de garantia firme de colocação no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Garantia Firme").
- (xiii) **Prazo e Data de Vencimento** — As Debêntures terão seu vencimento em 15 de fevereiro de 2017 ("Data de Vencimento"), nos termos do item 4.4.1 da Escritura. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.
- (xiv) **Forma de Subscrição e Integralização** — A totalidade das Debêntures será subscrita e integralizada, à vista, na mesma data, a qualquer tempo, mediante o pagamento do Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, na forma prevista pelo Capítulo 5 deste Contrato.
- (xv) **Remuneração** — A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a fórmula descrita no item 4.8.1 da Escritura ("Remuneração").
- (xvi) **Aquisição Facultativa** — A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, na forma prevista pelo item 4.13.1 da Escritura. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser recolocadas no mercado.
- (xvii) **Amortização Programada** — As Debêntures serão amortizadas mediante rateio, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Valor Nominal, ou seu saldo, acrescido da Remuneração, será pago pela Emissora em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas ("Amortização Programada"), na forma e nas datas previstas no item 4.12 da Escritura.

- (xviii) **Amortização Antecipada Facultativa** – A amortização antecipada das Debêntures, pela Emissora, dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos na Escritura.
- (xix) **Oferta de Resgate Antecipado** – A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, oferta irrevogável de resgate facultativo, dirigida a todas Debêntures em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados na forma prevista pelo item 4.14.1 da Escritura.
- (xx) **Destinação dos Recursos** — Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (a) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; e (b) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive comissões do Coordenador Líder e despesas de registro em cartório.
- (xxi) **Encargos Moratórios** – Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (xxii) **Repactuação** – As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
- (xxiii) **Pagamentos** – Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (1) na sede da Emissora; ou (2) por meio do respectivo agente escriturador nomeado na Escritura.
- (xxiv) **Prazos e Prorrogações** – Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer montante devido nos termos das Debêntures e da Escritura, pela Emissora, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação não for Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.
- (xxv) **Vencimento Antecipado** – Observado o disposto nos itens 5.2.1 e 5.2.2 da Escritura, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as Obrigações constantes da Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida *pro rata temporis* e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas hipóteses previstas no item 5.1.1 da Escritura.

3. CONDIÇÕES PRECEDENTES SUSPENSIVAS E RESOLUTIVAS

3.1. O cumprimento, por parte do Coordenador Líder, das obrigações assumidas no presente Contrato, está condicionado ao atendimento das seguintes condições suspensivas ("Condições Precedentes Suspensivas"), sem o que este Contrato e as obrigações nele previstas não produzirão efeitos:

- (i) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos, os quais conferem, à Emissora e/ou a qualquer controlada e/ou coligada, condição fundamental de funcionamento;
- (ii) obtenção, pela Emissora, de todas e quaisquer aprovações societárias, governamentais e regulamentares, necessárias à realização, efetivação, liquidação, boa ordem e transparência da Emissão, em cumprimento a todas as normas aplicáveis de forma satisfatória ao Coordenador Líder;
- (iii) conclusão do processo de *due diligence*, realizado de maneira satisfatória ao Coordenador Líder e a seu assessor legal, com a entrega, pela Emissora ao Coordenador Líder e a seu assessor legal, em tempo hábil, de todas as informações, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, para o atendimento dos requisitos da Emissão, observado que qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas pela Emissora deverá ser analisada pelo Coordenador Líder e seu assessor legal, para decidir sobre a continuidade da Oferta Restrita;
- (iv) negociação, preparação e formalização de toda a documentação necessária à realização da Oferta Restrita, inclusive, sem limitação, relacionada à prestação da Garantia, nos termos do Contrato de Garantias Reais, em termos mutuamente aceitáveis ao Coordenador Líder e à Emissora, de acordo com a Instrução CVM 476 e demais normas aplicáveis;
- (v) registro da Oferta Restrita e da negociação das Debêntures na CETIP;
- (vi) recolhimento, pela Emissora, de quaisquer taxas ou tributos devidos e incidentes sobre o registro da Emissão;
- (vii) não ocorrência, com relação à Emissora e/ou quaisquer de suas controladas ou coligadas, conforme o caso, de quaisquer das hipóteses descritas como eventos de vencimento antecipado, nos termos da Escritura;
- (viii) contratação, pela Emissora, dos prestadores de serviços necessários à boa estruturação e execução da Oferta Restrita, que incluem, sem limitação, o Coordenador Líder, agente escriturador e banco mandatário, assessores legais, agente fiduciário, e CETIP, bem como prestadores de serviços exigidos para concretização da Garantia, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
- (ix) ausência de impedimentos para o Coordenador Líder divulgar a Oferta Restrita com a logomarca da Emissora, por quaisquer meios de comunicação ao público, nos termos da regulamentação em vigor, observadas as limitações da Instrução CVM 476;

- (x) fornecimento, pela Emissora, em tempo hábil, de todas e quaisquer informações e documentos, corretos, completos, consistentes, suficientes e necessários para atender os requisitos da Emissão;
- (xi) obtenção de todas as autorizações governamentais, e/ou regulamentares necessárias para a realização da Emissão e/ou constituição das Garantias Reais;
- (xii) comprovação, pela Emissora, de registro das Garantias Reais nos cartórios competentes, nos termos do Contrato de Garantias Reais, de forma satisfatória ao Coordenador Líder, sem quaisquer Ônus ou gravames, observadas as Dívidas Existentes;
- (xiii) verificação do cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas na Cláusula 6.2 abaixo, conforme aplicável;
- (xiv) verificação de rigoroso cumprimento, pela Emissora, da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, procedendo, ainda, com todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, responsabilizando-se, a Emissora, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar e resguardar o Coordenador Líder, suas partes relacionadas ou os respectivos administradores, empresas e/ou prepostos na forma deste Contrato;
- (xv) recebimento, pelo Coordenador Líder, no prazo de até 1 (um) Dia Útil anterior à data de liquidação da Oferta Restrita, de redação final do parecer legal elaborado pelos assessores legais, com relação às informações apuradas na *due diligence*, bem como quaisquer outros pontos relativos à Emissão, em forma satisfatória ao Coordenador Líder e devidamente assinado por tais assessores legais;
- (xvi) exceto na hipótese de exercício da Garantia Firme, recebimento, pelo Coordenador Líder, de carta dos investidores, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando, no mínimo, que (a) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Emissão, (b) estão cientes que a Emissão não possui registro na CVM, e (c) estão cientes de que os valores mobiliários estão sujeitos às restrições de negociação, somente podendo ser negociados nos mercados regulamentados 90 (noventa) dias após a subscrição, observadas as obrigações adicionais da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, bem como qualquer outra declaração ou documentação de investidores que seja ou venha a ser obrigatória em decorrência da legislação aplicável;
- (xvii) cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas na regulamentação e na autorregulação em vigor, em especial na Instrução CVM 476, incluindo, sem limitação, as obrigações de (a) não se manifestar na mídia até o protocolo do anexo I da referida instrução, exceto, se for o caso, a publicação de aviso de fato relevante sobre a

Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), e (b) não buscar investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;

- (xviii) ausência de qualquer mudança relevante adversa no mercado financeiro local e internacional ou nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora a exclusivo critério do Coordenador Líder;
- (xix) não ocorrência de (a) intervenção, regime de administração especial temporária, intervenção, liquidação extrajudicial, extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido, no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (xx) sem prejuízo das obrigações previstas na Escritura, assunção, pela Emissora, das obrigações de (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua rede mundial de computadores; comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
- (xxi) até, e na data de liquidação da Emissão, manutenção da veracidade, correção, completude e suficiência das declarações feitas pela Emissora, constantes dos Documentos da Emissão.

3.2. O presente Contrato poderá ser resilido unilateralmente, a qualquer momento, até a data da liquidação da Emissão (inclusive), por qualquer das Partes, mediante notificação com 5 (cinco) dias de antecedência, nas seguintes hipóteses ("Condições Resolutivas"):

- (i) (a) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações das espécies tratadas neste Contrato; (b) aumento significativo das alíquotas e/ou valores dos tributos já incidentes na data deste Contrato; e/ou (c) mudança relevante na interpretação dada pelo Poder Judiciário ou por instâncias administrativas às normas tributárias aplicáveis às operações relacionadas à Emissão e/ou à Oferta Restrita;

- (ii) modificações das normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional, que venham de qualquer forma alterar substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados à Emissão, tornando desaconselhável ou inviável a realização desta para qualquer uma das Partes;
- (iii) alterações nas normas legais ou regulamentares relativas aos critérios de elegibilidade na composição e diversificação das carteiras de investidores institucionais e profissionais (assim entendidos, por exemplo, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras, fundos de investimentos, instituições financeiras, carteiras administradas etc.), que venham de qualquer forma alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de valores mobiliários de emissão de empresas privadas e/ou fundos de investimento;
- (iv) alterações na política monetária do Governo Federal ou Estadual que impactem direta ou indiretamente o setor de atuação da Emissora e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente as perspectivas futuras da Emissora e/ou afetar a colocação e/ou a precificação das Debêntures;
- (v) divulgação na mídia de fatos e/ou notícias adversas sobre a Emissora e/ou seus Controladores, suas Controladas e Coligadas;
- (vi) ocorrência de eventos políticos, conjunturais econômicos e/ou financeiros, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados e que alterem as condições de mercado, inclusive situações especiais de mercado, de ordem política, econômica e social como, por exemplo: crises políticas em países que possam influenciar de forma relevante o mercado de capitais brasileiro, alterações no setor de atuação da Emissora e suas subsidiárias, ou mesmo indicações de possíveis alterações no setor por parte das autoridades governamentais, que afetem ou possam vir a afetar negativamente o preço de mercado das Debêntures e a cotação de outros valores mobiliários da Emissora, ou ainda, quaisquer outros fatos que, direta ou indiretamente, tornem impossível ou desaconselhável a qualquer uma das Partes o cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- (vii) ocorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior, que tornem inviável ou desaconselhável a efetivação da Oferta Restrita; e/ou
- (viii) caso as Partes não cheguem a um acordo sobre eventuais alterações aos termos e condições da Oferta proposta pelo Coordenador Líder, nos termos da Cláusula 13, abaixo.

4. OBJETO

4.1. O Coordenador Líder prestará, à Emissora, serviços de coordenação, colocação e distribuição das Debêntures, com esforços restritos, sob o regime de garantia firme, para 100 (cem) Debêntures, conforme características e condições especificadas neste Contrato.

5. REGIME DE COLOCAÇÃO DAS DEBÊNTURES

5.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados.

5.2. Vigorará o regime de garantia firme pelo Coordenador Líder, para 100 (cem) Debêntures, no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Garantia Firme").

5.2.1. Em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de registro junto ao SDT, o saldo das Debêntures que não tiver sido totalmente colocado será subscrito e integralizado pelo Coordenador Líder, desde que as condições aqui previstas estejam atendidas.

5.3. No âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

5.4. O encerramento da Oferta Restrita será informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de encerramento, nos termos da regulamentação aplicável ("Comunicação de Encerramento").

5.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, operacionalizado e administrado pela CETIP, que efetuará a liquidação e custódia eletrônica das Debêntures.

5.6. Durante todo o prazo de colocação, o preço de subscrição e integralização das Debêntures será correspondente ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro-rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição"). As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

5.6.1. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará uma declaração de investidor qualificado ("Declaração"), atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Escritura e na regulamentação aplicável.

5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever Debêntures no âmbito da Oferta Restrita.

5.8. Não haverá: (i) fundo de sustentação de liquidez ou contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; (ii) contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário, e (iii) preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Além de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação aplicável e neste Contrato, o Coordenador Líder obriga-se a, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 476, a:

- (i) tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (ii) suspender ou cancelar a distribuição das Debêntures na ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à CVM;
- (iii) divulgar eventuais conflitos de interesse aos Investidores Qualificados;
- (iv) certificar-se de que os Investidores Qualificados têm conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures;
- (v) certificar-se de que o investimento é adequado ao nível de sofisticação e ao perfil de risco dos Investidores Qualificados;
- (vi) obter do subscritor ou adquirente das Debêntures a Declaração, ainda que ocorra o exercício da Garantia Firme;
- (vii) informar à CVM o encerramento da Oferta Restrita, na forma do artigo 8º da Instrução CVM 476;
- (viii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, todos os documentos relativos à Oferta Restrita, inclusive os documentos que comprovem a sua diligência;
- (ix) solicitar, juntamente com a Emissora, o registro na CETIP;
- (x) avaliar, em conjunto com a Emissora, a viabilidade da Oferta Restrita e as suas condições, bem como assessorá-la no que for necessário para a realização da Oferta Restrita;
- (xi) conduzir, em conjunto com a Emissora, o processo de *due diligence* em termos satisfatórios ao Coordenador Líder, para atendimento à Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis;
- (xii) elaborar e rever, em conjunto com seu assessor legal, a documentação exigida, em conformidade com a regulamentação em vigor, em especial a Instrução CVM 476, e com as disposições do Código ANBIMA, se aplicável;
- (xiii) assessorar a Emissora em todas as etapas da Oferta Restrita, inclusive no que se refere à preparação e revisão dos documentos exigidos para tanto, em conjunto com os assessores legais;
- (xiv) manter a Emissora informada sobre todas as etapas da Oferta Restrita;
- (xv) acompanhar e controlar o plano de distribuição das Debêntures;
- (xvi) receber e processar todos os pedidos de subscrição e integralização das Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, observado o plano de distribuição mencionado no item (xv) acima;

100070

61

- (xvii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com sua preparação;
- (xviii) abster-se de negociar valores mobiliários de emissão da Emissora até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xix) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xx) coordenar os trabalhos dos prestadores de serviços contratados para a estruturação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como das Garantias Reais, incluindo, sem limitação, Agente Fiduciário, assessores legais e instituições financeiras relacionadas com a constituição das Garantias Reais;
- (xxi) divulgar a Emissão para os potenciais investidores, mediante reuniões individuais com investidores relevantes, respeitadas as restrições da Instrução CVM 476; e
- (xxii) exercer a Garantia Firme, nos termos da Cláusula 5 acima, subscrevendo e integralizando o saldo das Debêntures que não tiver sido totalmente colocado, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de registro junto ao SDT, desde que as condições aqui previstas estejam atendidas.

6.2. Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação aplicável, neste Contrato e na Escritura, a Emissora obriga-se, durante a vigência deste Contrato, a:

- (i) colocar à disposição do Coordenador Líder, em tempo hábil, (a) todos os dados, informações e documentos necessários à execução das atividades aqui contratadas, que lhe forem razoavelmente solicitadas pelo Coordenador Líder; (b) todas as informações necessárias para atender ao princípio da transparência aplicável às ofertas públicas de títulos e valores mobiliários, informações estas necessárias para que os Investidores Qualificados possam tomar uma decisão fundamentada de investimento; e (c) demais documentos necessários para a Oferta Restrita;
- (ii) responder pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, consignando-se, nos termos do artigo 10, parágrafo único, da Instrução CVM 476, que os administradores da Emissora também são responsáveis pelo cumprimento desta obrigação;

- (iii) assessorar e elaborar, em conjunto com o Coordenador Líder, nos prazos adequados e dentro dos limites razoáveis conforme prática do mercado, todos os materiais e documentos necessários à realização da Oferta Restrita, inclusive ao registro na CETIP;
- (iv) manter sempre à disposição, e apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis do pedido pelo Coordenador Líder, todos os documentos e informações razoáveis utilizados no preenchimento dos documentos necessários à Oferta Restrita;
- (v) cumprir com o disposto no presente Contrato, na Escritura, no Contrato de Garantias Reais e em todos os demais documentos relacionados com Oferta Restrita de que for parte ou com o disposto na regulamentação em vigor;
- (vi) proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme exigidos pela legislação aplicável;
- (vii) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (viii) publicar e apresentar prontamente ao público as decisões tomadas pelas assembleias gerais de acionistas da Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais, direitos de subscrição e outros elementos relevantes, independentemente das obrigações legais da Emissora em publicar seus atos societários;
- (ix) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos à Emissão e à Oferta, incluindo, sem limitação: (a) se e quando exigidas, publicações nos termos deste Contrato, da lei ou de demais normativos pertinentes à matéria; (b) registro, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, da ata da RCA e da Escritura, bem como os registros perante cartórios de títulos e documentos dos demais Documentos da Emissão, quando aplicável; (c) elaboração, distribuição e, se for o caso, veiculação de todo material necessário à Oferta Restrita até a data de liquidação da Emissão, incluindo, sem limitação, o material informativo, se houver, entre outros; e (d) processo de *due diligence*;
- (x) manter todas as concessões, registros, autorizações e licenças necessárias à condução de suas atividades;
- (xi) contratar, manter contratados durante a operação e remunerar, em termos satisfatórios para o Coordenador Líder, os prestadores de serviços necessários para a realização da Oferta Restrita, a saber: Agente Fiduciário, assessores legais, instituições financeiras relacionadas com a constituição das Garantias Reais, agência de publicidade e mercado organizado, nos termos dos “Documentos da Emissão”, assim entendido o conjunto representado por este Contrato, pela Escritura, pelo Contrato de Garantias Reais e contratos deles derivados ou com eles relacionados;
- (xii) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer fato que possa vir a afetar a decisão por parte dos Investidores Qualificados de subscrever ou adquirir as Debêntures, sendo que, em caso de descumprimento dessa obrigação, a Emissora desde já exime o

Coordenador Líder de qualquer responsabilidade que surja em decorrência do não cumprimento do disposto neste item;

- (xiii) não veicular nenhuma informação perante o público até a data de protocolo da Comunicação de Encerramento referente a decisões estratégicas sobre a Oferta Restrita ou resultados econômicos da Emissora, exceto as legalmente exigíveis;
- (xiv) cumprir, e fazer com que seus representantes cumpram, com as normas de conduta previstas na Instrução CVM 476;
- (xv) efetuar o pagamento, ao Coordenador Líder, do Comissionamento devido pela execução dos serviços previstos no presente Contrato;
- (xvi) reembolsar o Coordenador Líder das despesas razoáveis e comprovadas (inclusive, sem limitação, cópias, viagens, publicações, telefonemas e impressões) por este incorridas em razão deste Contrato, a partir do início dos serviços, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos respectivos comprovantes;
- (xvii) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos ou por prazo exigido por normas regulamentares ou de autorregulação, o que for maior, todos os documentos e informações utilizadas para o preenchimento e a elaboração dos Documentos da Emissão e, mediante solicitação do Coordenador Líder, fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação, ou menor prazo, conforme exigência legal, cópias desses documentos;
- (xviii) efetuar, tempestivamente, se e quando exigidas, publicações nos termos deste Contrato, da lei ou de demais normativos pertinentes à matéria;
- (xix) manter atendimento adequado aos titulares das Debêntures, para assegurar-lhes tratamento eficiente e completo;
- (xx) responsabilizar-se pelas informações fornecidas aos Investidores Qualificados durante a Oferta Restrita;
- (xxi) efetuar recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão;
- (xxii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações assumidas perante Debenturistas;
- (xxiii) providenciar, perante as instituições mandatária e escrituradora, a formalização do registro das Debêntures em nome dos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após sua subscrição e integralização;
- (xxiv) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (xxv) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

- (xxvi) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (xxvii) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (xxviii) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xxix) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder, bem como à CETIP ou a quaisquer outras entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação,
- (xxx) fornecer tempestivamente todas as informações solicitadas pela CVM;
- (xxxi) manter válidas e regulares, até o pagamento integral dos valores devidos nos termos deste Contrato e do Contrato de Garantias Reais, as declarações prestadas na Cláusula 7.2, abaixo;
- (xxxii) cumprir rigorosamente com a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, devendo adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; e
- (xxxiii) proceder a todas as diligências exigidas pela legislação vigente para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. O Coordenador Líder declara e garante à Emissora, que:

- (i) está devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar o presente Contrato e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições com força de título executivo nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, e
- (iv) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações, bem como a Oferta Restrita e a colocação das Debêntures não infringem

23 JAN 2012

65

qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida.

7.2. Sem prejuízo das demais declarações expressamente previstas na regulamentação aplicável, neste Contrato, na Escritura e no Contrato de Garantias Reais, a Emissora declara e garante ao Coordenador Líder que:

- (i) está devidamente autorizada e obteve todas as concessões, licenças, registros e autorizações necessárias para celebrar este Contrato, bem como cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração deste Contrato, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, ou decorrentes, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma companhia aberta devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras e com as normas da CVM;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) este Contrato e os Documentos da Emissão constituem uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) as informações que prestar no âmbito da Oferta Restrita estão atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração deste Contrato, bem como a emissão das Debêntures e a Oferta Restrita, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento de que a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam parte, ou a que seus bens ou direitos estejam vinculados, nesta data e na data da liquidação da Oferta Restrita, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações, bem como com as regras emitidas

pela CVM, e (c) refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas, contratos administrativos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Impacto Adverso Relevante, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas na Debênture, na Escritura, no Contrato de Garantias Reais e neste Contrato;
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora ou às Debêntures, que, até a data deste Contrato, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante deste Contrato seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xiii) assume integral responsabilidade pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita fornecidas ao mercado relacionadas à Emissão; e
- (xiv) todas as autorizações ("waivers") de credores, acionistas ou terceiros, consideradas necessárias à efetivação, formalização, liquidação, regularidade e correta divulgação da Oferta Restrita, já foram obtidas e encontram-se em pleno vigor.

8. COMISSIONAMENTO

8.1. Na forma prevista neste Contrato, a Emissora pagará, ao Coordenador Líder, o comissionamento especificado nesta Cláusula, composto pela Comissão de Estruturação, pela Comissão de Colocação e pelo Prêmio de Garantia Firme (abaixo definidos) ("Comissionamento").

8.2. Para os fins desta Cláusula, aplicam-se as seguintes definições:

(i) Comissão de Estruturação	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
(ii) Comissão de Colocação	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
(iii) Prêmio de Garantia Firme	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
Total	0,75% (setenta e cinco centésimos por cento)

8.2.1. A Comissão de Estruturação incidirá sobre o número total de Debêntures emitidas, multiplicado pelo seu Preço de Subscrição.

8.2.2. A Comissão de Colocação incidirá sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo seu Preço de Subscrição.

8.2.3. O Prêmio de Garantia Firme incidirá sobre o valor total da Emissão, independente de seu exercício.

8.4. O Comissionamento deverá ser pago, pela Emissora, na data da liquidação financeira das Debêntures.

8.5. Fica estabelecido que o pagamento do Comissionamento deverá ser realizado pela Emissora à vista, em moeda corrente nacional, acrescido dos valores relativos ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS, devidos, direta ou indiretamente, em decorrência das obrigações decorrentes deste Contrato, incidentes sobre o Comissionamento acima descrito e sobre o eventual ressarcimento de despesas. Caso qualquer um desses tributos seja devido, a Emissora deverá pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que o Coordenador Líder receba, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre a receita das comissões pagas, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

8.6. Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência deste Contrato, salvo (i) por determinação legal, judicial ou da CVM ou (ii) conforme previsto na Cláusula 14.4. abaixo, com relação à Remuneração de Descontinuidade.

8.7. Todos os pagamentos resultantes deste Contrato deverão ser feitos à vista, em moeda corrente nacional, líquidos de deduções e retenções tributárias de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer tributos que porventura venham a incidir sobre eles, bem como quaisquer majorações de alíquotas.

8.8. O Coordenador Líder firmará recibos para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas em razão do pagamento do Comissionamento.

8.9. As condições estabelecidas nesta Cláusula continuarão em pleno vigor, sendo existentes, válidas e eficazes mesmo após a expiração do prazo de vigência deste Contrato.

9. LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA

9.1. A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, será feita conforme procedimentos operacionais de liquidação acordados entre a Emissora e o Coordenador Líder. A liquidação financeira perante a Emissora dar-se-á na data de subscrição e integralização das Debêntures.

9.2. A liquidação financeira da Emissão dar-se-á mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED ou mecanismo de transferência equivalente, pelo Coordenador Líder, do valor total obtido com a colocação das Debêntures, na seguinte conta corrente da Emissora:

100070

68

BANCO: 237 - BRADESCO
AGÊNCIA Nº: 2731
CONTA CORRENTE Nº: 51.000-9

9.3. A Emissora firmará recibo em favor do Coordenador Líder, dando quitação das importâncias recebidas nos termos da cláusula 9.2. acima.

9.4. Após a confirmação do crédito referido na Cláusula 9.2. acima na conta corrente da Emissora, a Emissora pagará o Comissionamento ao Coordenador Líder, observada a Cláusula 8.4. acima, mediante crédito na seguinte conta:

FAVORECIDO: Banco Santander (Brasil) S.A.
BANCO: 033
AGÊNCIA Nº: 2271
CONTA CORRENTE Nº: 71000016-1

9.5. O Coordenador Líder firmará recibo em favor da Emissora, dando quitação das importâncias recebidas nos termos da Cláusula 9.4. acima.

10. PODERES DE REPRESENTAÇÃO

10.1. Pelo presente instrumento, a fim de possibilitar ao Coordenador Líder condições de cumprimento das atribuições que decorrem deste Contrato, ficam estes constituídos pela Emissora seus bastantes procuradores, investidos de poderes especiais para dar quitação das Debêntures, após a devida compensação bancária, em cujo processamento venham a participar na qualidade de Coordenador Líder, sendo o presente mandato outorgado de maneira irrevogável e irrevogável, como condição deste Contrato, na forma do artigo 684 do Código Civil. O mandato ora outorgado vigorará até a data de protocolo da Comunicação de Encerramento ou a data de rescisão deste Contrato, o que ocorrer primeiro.

11. EXCLUSIVIDADE, CONFLITO DE INTERESSES E CONFIDENCIALIDADE

11.1. Durante o período que se inicia em 19 de dezembro de 2011 e até 90 (noventa) dias a contar (i) da data da Comunicação de Encerramento ou (ii) da rescisão, seja a que título for, do Contrato, o que ocorrer primeiro, a Emissora compromete-se a não realizar operações de captação no mercado de capitais brasileiro, diretamente ou por meio de suas controladas, nem contratar nenhuma outra instituição, local ou internacional, com o propósito de desenvolver e/ou estruturar essas captações, para si ou suas controladas, que, na opinião do Coordenador Líder, inviabilize ou dificulte a colocação das Debêntures.

11.1.1. Caso a Emissora não observe qualquer uma das obrigações previstas acima, deverá reembolsar o Coordenador Líder por todos os prejuízos a que tiver dado causa, inclusive lucros cessantes, bem como pagar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio de comunicação pelo Coordenador Líder nesse sentido, uma multa em virtude da quebra de exclusividade, equivalente à Remuneração de Descontinuidade (abaixo definida).

11.2. A Emissora concorda que outras pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que estejam em posição de conflito de interesse com a Emissora, poderão, igualmente, na qualidade de clientes do Coordenador Líder, dispor de serviços financeiros ou de qualquer natureza por ele oferecidos.

11.3. Os termos deste Contrato e as informações dele resultantes são confidenciais, não devendo ser publicados ou divulgados a terceiros, por qualquer meio, sem o prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder ("Informações").

11.4. Os representantes das Partes, inclusive sociedades de seus respectivos grupos econômicos envolvidos na Emissão, bem como os auditores, assessores legais, analistas e demais pessoas envolvidas na estruturação da Emissão não serão considerados terceiros para fins da Cláusula 11.3 acima, devendo, entretanto, cumprir as obrigações ali previstas.

11.5. O Coordenador Líder, em linha com sua política institucional de manter em estrita confidencialidade os negócios de seus clientes, obriga-se a não usar, dispor, fornecer ou de qualquer forma se utilizar das informações para fins diversos dos específicos para esta operação e, da mesma forma, não fornecerá à Emissora qualquer informação confidencial recebida de quaisquer outros de seus clientes.

11.6. A obrigação de confidencialidade das Informações não será aplicável: (i) se houver determinação judicial, legal, administrativa ou normativa exigindo seu fornecimento; (ii) quando divulgadas de acordo com os procedimentos necessário à realização da Emissão, observado o disposto na Instrução CVM 476; (iii) se tais Informações vierem a tornar-se disponíveis para o público em geral por outras fontes que não o Coordenador Líder ou a Emissora; e (iv) se tais Informações vierem a tornar-se disponíveis ao Coordenador Líder de forma não confidencial por terceiros (não relacionados à Emissora e/ou ao presente Contrato) autorizados a fornecê-las.

11.7. A Emissora, por si e por seus respectivos administradores, empregados e contratados, não poderá utilizar ou divulgar qualquer Informação ou material publicitário, conceder entrevistas ou atender jornalistas sobre qualquer assunto relacionado ao Contrato ou à Oferta Restrita, sem a prévia aprovação por escrito do Coordenador Líder, observadas as normas aplicáveis ao caso.

11.8. As obrigações de confidencialidade previstas nesta Cláusula permanecerão válidas pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data deste Contrato.

12. INDENIZAÇÃO

12.1. A Emissora obriga-se a isentar de responsabilidade o Coordenador Líder e seus respectivos controladores, coligadas, controladas, afiliadas e seus respectivos diretores, empregados, consultores e agentes, conforme aplicável ("Pessoas Indenizáveis") e a indenizá-los integralmente por quaisquer perdas, danos, obrigações ou despesas (incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios razoáveis e usuais), resultantes, direta ou indiretamente, das transações contempladas no presente Contrato, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de dolo ou culpa grave por parte das Pessoas Indenizáveis, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado ("Perdas e Danos").

12.1.1. A Emissora obriga-se, ainda, a isentar de responsabilidade e a indenizar integralmente as Pessoas Indenizáveis por qualquer prejuízo causado pela quebra, inveracidade ou imprecisão das declarações e garantias feitas pela Emissora neste Contrato, nos demais documentos relativos à Emissão, ou diretamente ao Coordenador Líder ou pela inveracidade, incorreção, inconsistência, omissão ou insuficiência das informações prestadas neste Contrato, nos demais documentos relativos à Emissão, ou diretamente ao Coordenador Líder.

70

12.2. Em nenhuma circunstância o Coordenador Líder, ou qualquer de seus profissionais, será responsável por indenizar a Emissora ou qualquer de suas afiliadas, quaisquer contratados ou executivos destes ou terceiros direta ou indiretamente envolvidos com os serviços a serem prestados, exceto na hipótese comprovada de dolo ou culpa grave do Coordenador Líder, conforme decisão judicial transitada em julgado. Tal indenização fica limitada aos danos diretos comprovados efetivamente causados pelo dolo ou culpa grave do Coordenador Líder e é limitada ao valor dos honorários devidos ao Coordenador Líder até o momento da indenização.

12.3. A Emissora realizará os pagamentos devidos a título de indenização dentro de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva comunicação enviada pelo Coordenador Líder, observado o previsto nesta Cláusula 12.

12.4. A presente Cláusula continuará em pleno vigor, sendo existente, válida e eficaz, por prazo indeterminado, independentemente do término da vigência, rescisão, implementação de condição suspensiva ou resilição deste Contrato, observados os prazos prescricionais da legislação em vigor.

13. ALTERAÇÕES NOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA (MARKET FLEX)

13.1. Observada a Cláusula 13.2, abaixo, o Coordenador Líder poderá, a seu exclusivo critério, até a data de liquidação da Emissão, propor à Emissora a modificação de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração ou demais características das Debêntures, caso entenda que tais alterações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento e garantir o sucesso da colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados ("Market Flex").

13.2. Fica entendido pelas Partes que o Coordenador Líder poderá utilizar o direito ao Market Flex em determinadas situações que incluem, sem limitação:

- (i) ocorrência de mudança significativa no ambiente legal e/ou regulatório aplicável à Oferta Restrita;
- (ii) ocorrência de turbulências políticas e/ou econômicas que afetem o retorno esperado pelos potenciais Investidores Qualificados na Oferta Restrita; e
- (iii) ocorrência de quaisquer eventos de mercado (incluindo alterações nas taxas básicas) que resultem no aumento substancial dos custos ou na razoabilidade econômica da Oferta Restrita.

13.3. Caso a Emissora não aceite as alterações propostas pelo Coordenador Líder, na forma prevista na Cláusula 13.1, acima, o presente Contrato será considerado como automaticamente resilido, em conjunto com os demais Documentos da Emissão, sem qualquer ônus, com exceção da obrigação da Emissora de reembolso das despesas e custos gerais relacionados à Emissão, desde que devidamente comprovados, incorridos ou comprometidos pelo Coordenador Líder até o momento da resilição.

14. DURAÇÃO E RESILIÇÃO

14.1. A vigência deste Contrato se inicia com a data de assinatura e finda na data do cumprimento, pelas Partes, de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes da colocação e/ou subscrição das Debêntures.

14.2. O presente Contrato poderá ser resilido antecipadamente pelo Coordenador Líder, a qualquer momento: (i) mediante notificação de efeito imediato, em caso de: (a) não atendimento das condições da Oferta Restrita ou das Condições Precedentes Suspensivas, relacionadas nas Cláusulas 1 e 3.1. acima; ou (b) descumprimento de qualquer obrigação da Emissora prevista neste Contrato ou nos Documentos da Emissão; e (ii) mediante notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias (a) sem qualquer motivo ou razão, ou (b) quando da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva, conforme previsto na Cláusula 3.2.

14.3. O presente Contrato poderá ser resilido antecipadamente pela Emissora, a qualquer momento: (i) mediante notificação de efeito imediato, na hipótese de (a) violação pelo Coordenador Líder, seus diretores, empregados ou representantes, de qualquer disposição aqui contida, bem como (b) falência ou liquidação do Coordenador Líder ou de seus controladores; ou (ii) mediante notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias (a) sem qualquer motivo ou razão, ou (b) quando da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva, conforme previsto na Cláusula 3.2.

14.4. Exceto nas hipóteses previstas nas Cláusulas 3.2, 14.2(ii), 14.3(i) e 14.3(ii)(b), a resilição do Contrato nos termos acima, a qualquer momento, acarretará o pagamento pela Emissora, ao Coordenador Líder, de quantia equivalente ao Comissionamento, conforme definido na Cláusula 8.1, acima, a título de remuneração pela descontinuidade dos serviços prestados ("Remuneração de Descontinuidade"), no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do envio da correspondência comunicando a resilição. A Remuneração de Descontinuidade deverá ser paga na conta indicada na cláusula 9.4 acima.

14.5. Independentemente do motivo da resilição, todas as despesas incorridas pelo Coordenador Líder relativas à Emissão, desde que comprovadas, deverão ser pagas e/ou reembolsadas pela Emissora em até 10 (dez) dias úteis a contar do envio de solicitação nesse sentido.

15. CESSÃO

15.1. É vedado às Partes deste Contrato ceder a terceiro, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, exceto pelo disposto na Cláusula 17.1, abaixo.

16. COMUNICAÇÕES

16.1. Quaisquer notificações, cartas e informações entre as Partes deverão ser encaminhadas:

(i) Para a Emissora:

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

At: Hélio Cabral Moreira
Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova
CEP 20210-031, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2332-3644
Email: helio.cabral@cedae.com.br

(ii) Para o Coordenador Líder:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

At.: Michelle Vanzelli

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.235, 27º andar, Bloco A, Vila Olímpia

CEP 04543-011, São Paulo - SP

Tel.: (011) 3012 5182

Fax: (011) 3012 5182

E-mail: michelle.vanzelli@santander.com.br

16.2. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

16.3. A mudança de qualquer dos endereços acima de qualquer das Partes deverá ser comunicada à outra Parte.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As Partes acordam, desde já, que o Coordenador Líder poderá, a qualquer momento até a data de liquidação da Emissão, convidar outras instituições financeiras, aceitáveis à Emissora, para participar da Emissão, seja na condição de coordenador ou de coordenador convidado, desde que não implique ônus financeiro à Emissora.

17.2. Todas as despesas relacionadas à Emissão, dentre elas, custos com agente fiduciário, assessores legais, despesas de registro em cartório, despesas relacionadas a apresentações da Emissão aos investidores até a data de liquidação da Emissão, *due diligence*, e às despesas legais decorrentes da Emissão, deverão ser pagas ou reembolsadas pela Emissora. A presente obrigação vigorará, sendo existente, válida e eficaz, mesmo após a expiração do prazo de vigência do Contrato.

17.2.1. Todos os reembolsos devidos pela Emissora ao Coordenador Líder, nos termos deste Contrato, deverão ser realizados mediante crédito na seguinte conta:

FAVORECIDO: Banco Santander (Brasil) S.A.

BANCO: 033

AGÊNCIA Nº: 001

CONTA CORRENTE Nº: 30.919-3

17.3. O fato de qualquer das Partes não exigir, a qualquer tempo, o cumprimento de qualquer dever ou obrigação ou deixar de exercer algum direito não deverá significar renúncia de qualquer direito, ou novação de qualquer obrigação, tampouco deverá afetar o direito de exigir o cumprimento de toda e qualquer obrigação aqui contida. Nenhuma renúncia será eficaz perante as Partes ou terceiros a menos que feita por escrito e efetuada por diretor ou representante da Parte devidamente autorizado.

17.4. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora por si e seus sucessores, salvo nas hipóteses de (i) não atendimento das condições da Oferta Restrita ou das Condições Precedentes Suspensivas, relacionadas nas Cláusulas 1 e 3.1; ou (ii) ocorrência de qualquer Condição Resolutiva, nos termos da Cláusula 3.2.

17.5. A invalidade ou ineficácia de qualquer das Cláusulas do presente Contrato não prejudicará a validade e a eficácia de suas demais Cláusulas. Caso qualquer das Cláusulas deste Contrato venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as Partes, de boa-fé, emvidarão esforços no sentido de substituir a Cláusula declarada nula por outra de teor e objetivo equivalentes.

17.6. As obrigações decorrentes do presente Contrato, relativas ao pagamento de multas, indenizações e reembolsos, sobreviverão à rescisão do presente Contrato, permanecendo a Emissora obrigada perante o Coordenador Líder até o integral e efetivo cumprimento dessas obrigações, observadas as disposições contidas neste Contrato.

17.7. As Partes declaram, mútua e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

17.8. Este Contrato constitui o integral entendimento entre as Partes, com relação à Oferta Restrita.

17.9. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, tampouco definidos nos demais Documentos da Emissão, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

17.10. Toda e qualquer quantia devida a quaisquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as partes desde já reconhecem tratar-se de dívida líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil.

17.11. O presente Contrato reger-se-á pelas leis brasileiras.

17.12. As Partes elegem o foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Contrato e dos Demais Documentos da Emissão.

E por assim haverem ajustado, as Partes firmam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas a seguir.

Rio de Janeiro, [•] de janeiro de 2012.

(o restante da página foi deixado intencionalmente em branco)

74

Página de Assinatura 1/3 do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE", celebrado em [•] de janeiro de 2012, entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Banco Santander (Brasil) S.A.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE_____
Nome:_____
Cargo:_____
Nome:_____
Cargo:

Página de Assinatura 2/3 do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE", celebrado em [] de janeiro de 2012, entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Banco Santander (Brasil) S.A.*

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de Assinatura 3/3 do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE”, celebrado em [.] de janeiro de 2012, entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Banco Santander (Brasil) S.A.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

100070

23 JAN 2012

Demarest e Almeida
Minuta— 26.1.2012

77

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE
PENHOR SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS
SOBRE CONTA VINCULADA E OUTRAS AVENÇAS**

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

representante da comunhão de debenturistas da 2ª emissão

e, como interveniente anuente,

Banco Bradesco S.A.

Datado de [•] de janeiro de 2012

Índice

1.	DEFINIÇÕES	2
2.	OBRIGAÇÕES GARANTIDAS	2
3.	PENHOR SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS	4
4.	CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS SOBRE CONTA VINCULADA	6
5.	TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO DOS CRÉDITOS EMPENHADOS	10
6.	DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS GARANTIAS REAIS	11
7.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDAE	13
8.	DECLARAÇÕES DA CEDAE	14
9.	DESPESAS E TRIBUTOS	15
10.	PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	16
11.	INDENIZAÇÃO	16
12.	COMUNICAÇÕES	16
13.	DISPOSIÇÕES GERAIS	16
14.	LEI APLICÁVEL E FORO	17
	ANEXO 1.1 - DEFINIÇÕES	I
	ANEXO 3.1.2(A) – LISTAGEM DE MUNICÍPIOS AUTORIZADOS	III
	ANEXO 3.3(II) – NOTIFICAÇÃO AOS BANCOS ARRECADADORES DOS DOCUMENTOS DE ARRECAÇÃO	V
	ANEXO 6.6 – PROCURAÇÃO	VII
	ANEXO 12.1 - NOTIFICAÇÕES	VIII

100070

23 JAN 2012

Demarest e Almeida
Minuta— 26.1.2012

79

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE
PENHOR SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS
SOBRE CONTA VINCULADA E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

1. **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("CEDAE");
2. **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, neste ato representada na forma do seu contrato social, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos debenturistas ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), de acordo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

(Quando referidos em conjunto, a CEDAE e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

E, na qualidade de interveniente-anuente:

3. **Banco Bradesco S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, CEP 06029-900, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma do seu estatuto social ("Banco Centralizador");

CONSIDERANDO QUE

- (i) Em reunião do Conselho de Administração da CEDAE, realizada em [•] de janeiro de 2012 ("RCA"), deliberou-se a aprovação da segunda emissão de debêntures pela CEDAE, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias reais, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sob o regime de garantia firme de colocação ("Debêntures" e "Emissão"), sem registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), conforme permitido pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta");
- (ii) Em [•] de [•] de 2012, as Partes celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Escritura");

- (iii) A CEDAE é uma sociedade de economia mista, cujo objeto principal é planejar, executar e operar (a) os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável; (b) os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos; e (c) a cobrança pelos serviços descritos em "a" e "b" (em conjunto, "Serviços"), aos usuários da categoria residencial, comercial e industrial ("Usuários") localizados nos Municípios Autorizados (abaixo definidos); e
- (iv) Em garantia das Obrigações (abaixo definidas), a CEDAE deseja empenhar os direitos creditórios de sua titularidade em decorrência da prestação dos Serviços para os Usuários dos Municípios Autorizados (abaixo definidos), bem como constituir cessão fiduciária sobre o direito sobre o saldo positivo da Conta Vinculada (abaixo definida), nos termos do aqui disposto,

RESOLVEM AS PARTES celebrar o presente "*Instrumento Particular de Constituição de Penhor sobre Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças*" ("Contrato"), nos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Exceto se diversamente aqui disposto, palavras ou expressões em maiúsculas, aqui utilizadas, terão o significado a elas atribuído: (a) na Escritura; (b) ao longo deste Contrato; ou (c) no Anexo 1.1.

2. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1. Sumário da 2ª emissão de debêntures. Para os fins legais, em especial os artigos 1362 e 1424 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), as Debêntures contam com as seguintes principais características, que sumarizam os termos da Escritura, sem prejuízo do detalhamento ou alteração da Escritura que, para esse efeito, se considera aqui integralmente transcrita:

- (i) quantidade: 100 (cem) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal");
- (ii) espécie: quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantias reais, nos termos deste Contrato;
- (iii) data da emissão: [•] de [•] de 2012 ("Data de Emissão");
- (iv) número de séries: única;
- (v) forma de integralização: a totalidade das Debêntures será subscrita e integralizada, à vista, na mesma data, em moeda corrente nacional, na forma prevista na Escritura;
- (vi) prazo de vencimento: em 15 de fevereiro de 2017 ("Data de Vencimento");
- (vii) destinação dos recursos: os recursos obtidos pela CEDAE por meio da Emissão serão destinados: (a) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da CEDAE; e (b) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta;

- (viii) remuneração: a partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida de um *spread* de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a fórmula descrita na Escritura ("Remuneração"). A Remuneração será devida mensalmente, a partir da Data de Emissão, nas datas previstas na Escritura (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração");
- (ix) vencimento antecipado e obrigações: hipóteses de vencimento antecipado e obrigações adicionais descritas na Escritura, que são também hipóteses de exigibilidade imediata das garantias ora previstas;
- (x) amortização programada: as Debêntures serão amortizadas mediante rateio, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Valor Nominal, ou seu saldo, acrescido da Remuneração, será pago pela CEDAE em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, a contar da Data de Emissão, na forma e nas datas previstas na Escritura ("Amortização Programada"). A data de pagamento de uma Amortização Programada deverá coincidir, nos termos da Escritura, com a Data de Pagamento de Remuneração, sendo para todos os fins, referida data doravante denominada "Data de Pagamento";
- (xi) oferta de resgate antecipado: a CEDAE poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, oferta irrevogável de resgate facultativo, dirigida a todas Debêntures em Circulação, nos termos da Escritura; e
- (xii) aquisição facultativa: a CEDAE poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações e na forma prevista na Escritura. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da CEDAE; ou (c) ser recolocadas no mercado.

2.2. Obrigações garantidas. As Garantias Reais (abaixo definidas) previstas neste Contrato garantirão o cumprimento integral, pela CEDAE, de toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente da Escritura, deste Contrato e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial; (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal, Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora; (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura e deste Contrato; (v) haver qualquer outro montante devido pela CEDAE aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos da Escritura ou deste Contrato; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão (em conjunto, as "Obrigações").

3. PENHOR SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS

3.1. Penhor. Em garantia das Obrigações, por este Contrato e na melhor forma de direito, a CEDAE, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, constitui, em favor dos Debenturistas, representados neste Contrato pelo Agente Fiduciário, penhor, em primeiro grau ("Penhor de Créditos"), sobre os direitos creditórios de titularidade da CEDAE, presentes e futuros, contra os Usuários dos Municípios Autorizados (abaixo definidos) em valor limitado, mensalmente, ao Valor Referência (abaixo definido), em decorrência (a) da prestação dos Serviços a partir do dia útil seguinte à data de celebração deste Contrato; e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à CEDAE, que venham a ser recebidos pela CEDAE, ou aos quais ela faça jus ("Créditos Empenhados"), cujo recebimento deverá ocorrer na conta corrente de titularidade da CEDAE nº 51.000-9, da agência nº 2731, mantida junto ao Banco Centralizador ("Conta Centralizadora").

3.1.1. Aplicar-se-á o disposto nos itens (1), (2) e (3), desta cláusula, caso: **(A)** por qualquer razão, no todo ou em parte, (i) os direitos creditórios objeto de qualquer das Dívidas Existentes não sejam efetivamente Onerados em favor dos respectivos credores, ou tenham sua Oneração extinta, por qualquer motivo, ou (ii) os direitos creditórios referidos em "i" sejam liberados, por qualquer motivo, inclusive excesso ou respectivo pagamento, ou (iii) qualquer das Dívidas Existentes, individual ou conjuntamente, seja(m) extinta(s), por qualquer motivo; ou **(B)** haja Municípios Autorizados aos quais a CEDAE passe a prestar Serviços a partir desta data (sendo os créditos referidos em "A" e "B", em conjunto, os "Créditos Adicionais"):

- (1) independentemente de qualquer ato ou de atualização do Anexo 3.1.2(a): (1.1) os Créditos Adicionais estarão automaticamente incluídos no presente Penhor de Créditos e inseridos na definição de "Créditos Empenhados"; e (1.2) a localidade dos Usuários a que se referem os Créditos Adicionais estará automaticamente inserida na definição de "Municípios Autorizados", conforme o caso;
- (2) a CEDAE deverá fazer com que o produto dos Créditos Adicionais seja depositado na Conta Centralizadora, sujeitando-se, portanto, à Cessão Fiduciária e às cláusulas 4 e 5, abaixo; e
- (3) a CEDAE deverá observar o disposto na cláusula 3.1.3, abaixo.

3.1.2. A CEDAE: **(a)** preparou a listagem do Anexo 3.1.2(a) deste Contrato e declara que ela contém todos os Municípios Autorizados, nesta data; e **(b)** reconhece que o fato de determinado Município Autorizado não constar do Anexo 3.1.2(a), por qualquer motivo — inclusive falha em sua elaboração, ausência de atualização ou seu atraso —, não implica a desoneração dos direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tal município, os quais, para todos os fins, integrarão a definição de "Créditos Empenhados" e estarão sujeitos ao Penhor de Créditos.

3.1.3. Sem prejuízo do disposto acima, a CEDAE se compromete a (i) atualizar imediatamente o Anexo 3.1.2(a), em prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis a contar de qualquer inclusão, alteração ou exclusão — inclusive em razão de interrupção ou suspensão na prestação dos Serviços —, de forma a refletir em tal anexo a relação exata dos Municípios Autorizados; (ii) enviar referida atualização de imediato para o Agente Fiduciário, no prazo máximo do item "i", com as justificativas detalhadas para a atualização; e (iii) efetuar o registro do Anexo 3.1.2(a) atualizado nos cartórios de títulos e documentos aplicáveis, nos termos e no prazo indicado na cláusula 6.2 abaixo.

3.1.4. Sem prejuízo da obrigação da CEDAE descrita na cláusula anterior, o Agente Fiduciário poderá, sempre que desejar e a seu exclusivo critério, ou se assim solicitado pelos Debenturistas: (i) solicitar lista atualizada da relação de Municípios Autorizados, a qual deverá ser encaminhada pela CEDAE em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação; e (ii) registrar a lista atualizada do Anexo 3.1.2(a), nos cartórios de títulos e documentos aplicáveis, independentemente de notificação à CEDAE, sua aprovação ou ratificação.

3.2. Excussão do Penhor de Créditos. Na ocorrência do vencimento antecipado de qualquer das Obrigações ou do inadimplemento das Obrigações, ou, ainda, na ocorrência de um Evento de Retenção (abaixo definido), o Agente Fiduciário, poderá, pelo preço e nas condições que entender apropriadas, desde que não seja por preço vil, pública ou particularmente, judicial ou extrajudicialmente (inclusive de forma amigável, conforme descrito abaixo), a seu exclusivo critério, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, excutir os Créditos Empenhados, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações. Para tanto, fica desde já o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, autorizado pela CEDAE, em caráter irrevogável e irretratável, a permanecer com os Créditos Empenhados até seu vencimento, recebê-los, dando a cabal quitação, quando aplicável, vender, ceder, transferir, usar, sacar, descontar, investir ou resgatar os Créditos Empenhados, utilizando o produto obtido para, exclusivamente, a liquidação das Debêntures e das demais Obrigações devidas. A excussão acima poderá ocorrer por meio da venda amigável dos Créditos Empenhados promovida pelo Agente Fiduciário, cuja autorização é desde já irrevogavelmente conferida pela CEDAE, na forma do artigo 1433, inciso IV, do Código Civil.

3.2.1. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta cláusula 3.2, na medida em que forem sendo recebidos, serão imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das Obrigações.

3.2.2. Caso os recursos obtidos com a excussão não bastem para a liquidação integral das Obrigações, a CEDAE continuará obrigada pelo saldo remanescente, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações. O Agente Fiduciário entregará à CEDAE o que porventura sobejar após a excussão da presente garantia e adimplemento da totalidade do saldo devedor das Obrigações, inclusive Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações. Tal entrega dar-se-á, mediante o depósito de tais recursos em conta específica indicada pela CEDAE.

3.2.3. A excussão do Penhor de Créditos independerá de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

3.3. Compromissos Adicionais CEDAE. A CEDAE obriga-se a (i) fazer com que o produto do pagamento dos Créditos Empenhados por meio dos Documentos de Arrecadação seja destinado para a Conta Centralizadora, destinando inclusive o produto dos Créditos Empenhados que tenham sido objeto de pagamento pelos Usuários por meio do sistema de pagamento por débito automático em conta; (ii) notificar os bancos arrecadadores dos Documentos de Arrecadação dos ônus aqui previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta data, na forma do Anexo 3.3(ii); (iii) transferir para a Conta Centralizadora, imediatamente, qualquer recurso relativo aos Créditos Empenhados que seja transferido à conta que não a Conta Centralizadora, e instruir terceiros contratados, inclusive instituições financeiras, a cumprir com o aqui disposto; e (iv) praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto neste Contrato, inclusive no que se refere ao

atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias, se houver, à excussão dos Créditos Empenhados.

4. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS SOBRE CONTA VINCULADA

4.1. Cessão Fiduciária. Em garantia das Obrigações, por este Contrato e na melhor forma de direito, a CEDAE, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 18, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97"), do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728/65"), e das disposições do Código Civil (art. 1.361 e seguintes), constitui, em favor dos Debenturistas, representados neste Contrato pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Penhor de Créditos, "Garantias Reais") sobre 100% (cem por cento) dos: (i) direitos sobre os saldos positivos de titularidade da CEDAE sobre a Conta Vinculada (abaixo definida) contra o Banco Centralizador, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; (ii) demais valores creditados, depositados ou mantidos na Conta Vinculada, independentemente de superarem ou não o Valor Referência (abaixo definido), inclusive eventuais ganhos e rendimentos oriundos de investimentos realizados com os valores decorrentes da Conta Vinculada, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos investimentos (que deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Vinculada), os quais passarão a integrar automaticamente a presente cessão fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (iii) demais direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, detidos contra o Banco Centralizador, relativos à Conta Vinculada; e (iv) bens, ativos ou qualquer outro tipo de investimento realizados com o emprego dos recursos indicados nos itens (i), (ii) e (iii) acima, inclusive rendimentos, direitos ou bens dele derivados ou neles referenciados (sendo "i", "ii", "iii" e "iv", em conjunto, denominados "Créditos Cedidos").

4.1.1. A Cessão Fiduciária será considerada perfeita e acabada e se aperfeiçoará automaticamente tão logo o produto dos Créditos Empenhados seja transferido para a Conta Vinculada, sem necessidade de qualquer outro ato por parte de qualquer das Partes.

4.1.2. A Cessão Fiduciária ora pactuada resulta na transferência, pela CEDAE ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, da propriedade resolúvel e da posse indireta dos Créditos Cedidos e dos direitos sobre a Conta Vinculada, permanecendo a sua posse direta com a CEDAE.

4.1.3. No mesmo dia em que forem realizados os investimentos referidos na cláusula 4.1.(iv) acima, de acordo com o Contrato de Conta Vinculada ou mediante autorização do Agente Fiduciário, os respectivos instrumentos deverão refletir a presente Cessão Fiduciária.

4.2. Movimentação da Conta Vinculada. Durante a vigência deste Contrato: (i) inexistirão cheques e qualquer espécie de cartão relacionados com a Conta Vinculada; (ii) é vedada a movimentação da Conta Vinculada pela CEDAE, sob qualquer forma; e (iii) a Conta Vinculada será movimentada única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante ordens escritas do Agente Fiduciário, observados, ainda, os termos do "*Contrato de Conta Vinculada*", celebrado entre o Agente Fiduciário, a CEDAE e o Banco Centralizador, nesta data ("Contrato de Conta Vinculada"), o qual só poderá ser alterado mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD, nos termos da Escritura.

4.2.1. Observada a mecânica de liberação prevista neste Contrato, os Créditos Cedidos ficarão indisponíveis à CEDAE e à disposição do Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, sendo certo, entretanto, que o Agente Fiduciário somente poderá utilizar os Créditos Cedidos exclusivamente para fins de (i) satisfação integral das Obrigações; ou (ii) cumprimento das demais disposições previstas neste Contrato, na Escritura ou em outros instrumentos relacionados com as Debêntures ou a Emissão.

4.2.2. A CEDAE obriga-se a manter, até que todas as Obrigações tenham sido liquidadas, a Conta Vinculada e a Conta Centralizadora junto ao Banco Centralizador. A alteração do Banco Centralizador depende de anuência dos Debenturistas, reunidos em AGD. Se a alteração decorrer por determinação do Controlador, a CEDAE estará autorizada a contratar outra instituição financeira para exercer as funções de banco centralizador, conforme detalhadas neste Contrato e no Contrato de Conta Vinculada, desde que (i) referida instituição seja uma instituição financeira de primeira linha, com experiência nas funções a serem por ela desempenhadas; (ii) as disposições deste Contrato sejam integralmente mantidas e seja firmado novo contrato para a administração da Conta Vinculada substancialmente nos termos do Contrato de Conta Vinculada; e (iii) inexistir interrupção dos serviços prestados para a eficácia das Garantias Reais.

4.3. Eventos de Retenção. Caso ocorra qualquer das hipóteses abaixo listadas (qualquer delas, um "Evento de Retenção"), todos os Créditos Cedidos, bem como respectivos produtos depositados anterior, concomitante ou posteriormente à ocorrência do referido Evento de Retenção, (1) estarão e permanecerão automaticamente bloqueados na Conta Vinculada até se atingir o limite da integralidade do saldo devedor das Obrigações, inclusive encargos ordinários e Encargos Moratórios, bem como todos os demais montantes e despesas previstos na Escritura e neste Contrato, e (2) serão utilizados para o pagamento das Obrigações devidas. São Eventos de Retenção:

- (i) a existência de valor devido e não pago no âmbito das Obrigações, a qualquer título; ou
- (ii) o vencimento antecipado das Obrigações; ou
- (iii) o descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida na Escritura ou neste Contrato, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis; ou
- (iv) o inadimplemento do dever tempestivo de reforço de garantia em razão de um Evento de Reforço e Substituição (abaixo definido); ou
- (v) a verificação de que o próximo Valor Referência não se encontra integralmente depositado na Conta Vinculada no 3º (terceiro) dia útil anterior à próxima Data de Pagamento ("Data Limite"); ou
- (vi) a alteração do Banco Centralizador, sem autorização dos Debenturistas, reunidos em AGD, ou não-contratação de seu substituto, exceto conforme previsto na cláusula 4.2.2 acima; ou
- (vii) o descumprimento, pela CEDAE, do Contrato de Conta Vinculada; ou
- (viii) a alteração ou extinção da Conta Centralizadora ou da Conta Vinculada, exceto conforme previsto na cláusula 4.2.2 acima; ou

- (ix) o descumprimento pela CEDAE de qualquer outra obrigação não pecuniária assumida neste Contrato, não sanada nos prazos aqui estabelecidos, ou, em caso de omissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico neste Contrato; ou
- (x) a prática de qualquer ato pela CEDAE que confira, ou possa conferir, aos credores das Dívidas Existentes, qualquer poder, faculdade, pretensão ou imunidade, além dos previstos nesta data; ou
- (xi) a prática de qualquer ato pela CEDAE que vise anular, questionar, revisar, cancelar, restringir, limitar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, este Contrato e/ou seus efeitos ou eficácia, ou limitar ou de alguma forma restringir ou resistir ao livre exercício dos poderes de excussão das Garantias Reais até cumprimento integral das Obrigações; ou
- (xii) a propositura de demandas, judiciais ou administrativas, ou qualquer investigação, que afete ou possa afetar as Garantias Reais, no todo ou em parte.

4.3.1. A CEDAE poderá solicitar ao Agente Fiduciário a liberação dos recursos retidos em razão de um Evento de Retenção, desde que cumpridos os seguintes requisitos, de forma cumulativa: (i) o Evento de Retenção deverá ser passível de correção, sem qualquer prejuízo aos Debenturistas; (ii) não estar em curso um Evento de Reforço e Substituição, nem o vencimento antecipado das Obrigações; e (iii) a CEDAE deverá (a) implementar a correção, de forma completa e adequada; (b) estar estritamente em dia com todas as suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das Debêntures, inclusive, sem limitação, as Obrigações, seus encargos e todas as demais obrigações decorrentes da Escritura e de todos os instrumentos acessórios, tais como o presente Contrato; e (c) enviar, ao Agente Fiduciário, todos os documentos que comprovem o cumprimento integral dos requisitos descritos em "i", "ii" e "iii", desta cláusula.

4.3.2. A solicitação da CEDAE referida na cláusula anterior deverá ser formalizada por meio de notificação enviada para o Agente Fiduciário, com: (i) a indicação do Evento de Retenção; (ii) os procedimentos de correção e a razão pela qual entende inexistir prejuízo aos Debenturistas; (iii) os documentos referidos na cláusula 4.3.1(c), acima; e (iv) a declaração de que os requisitos referidos na cláusula 4.3.1, acima, foram cumpridos.

4.4. Liberação dos Recursos. Desde que a CEDAE esteja estritamente em dia com todas as suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das Debêntures, inclusive, sem limitação, as Obrigações, seus encargos e todas as demais obrigações decorrentes da Escritura e de todos os instrumentos acessórios, tais como o presente Contrato, bem como não esteja em curso um Evento de Retenção ou um Evento de Reforço e Substituição (abaixo definido), o Agente Fiduciário deverá, na Data de Início, notificar o Banco Centralizador para autorizá-lo a transferir o valor que exceder o Valor Referência estimado, indicado na notificação para a Conta Centralizadora, observados os demais termos do Contrato de Conta Vinculada sobre a mecânica de liberação dos recursos.

4.5. Política de Investimentos. O Banco Centralizador: (i) deverá aplicar o saldo, mantido na Conta Vinculada pelo Período de Referência (abaixo definido), diariamente em (a) ativos financeiros de baixo risco de crédito ou com risco de crédito do Banco Centralizador, com liquidez diária e com resgate programado para até a Data de Pagamento; ou (b) em quotas de fundos de investimentos administrados pelo Banco Centralizador ou por entidades por ele controladas, com liquidez diária, nos termos do Contrato de Conta Vinculada; e (ii) não poderá aplicar o saldo em ativos cujo risco de crédito seja a CEDAE, seu Controlador ou sociedades sob Controle comum. Entende-se por "Período de Referência" o período que se inicia no 1º (primeiro) dia útil após cada Data de Pagamento ("Data de Início") e finda na data de liberação desses recursos para pagamento das Obrigações ou para conta de livre movimentação da CEDAE, na forma da cláusula anterior ("Investimento").

4.5.1. O Investimento estará regulado no Contrato de Conta Vinculada. O Banco Centralizador, cada Debenturista ou o Agente Fiduciário não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda de capital investido, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer Investimento.

4.5.2. Caso o resultado do Investimento ou da sua liquidação seja inferior ao que poderia ter sido se tal Investimento ou liquidação, de outra forma, não tivesse ocorrido, e disto decorra a necessidade de reforço de garantia, tal evento será caracterizado um Evento de Reforço e Substituição (abaixo definido) para todos os fins deste Contrato, devendo a CEDAE observar o disposto na cláusula 6.5. abaixo.

4.6. Outorga de Poderes. A CEDAE, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683 e 684 do Código Civil, nomeia e constitui o Agente Fiduciário seu procurador para, até o integral pagamento das Obrigações, (i) ser a única pessoa autorizada a movimentar a Conta Vinculada, devendo efetuar as transferências de recursos ali mantidos em depósito, nos termos deste Contrato e praticar todos os demais atos necessários para tanto; e (ii) independentemente de anuência ou consulta prévia à CEDAE, efetuar as transferências ou bloqueios de recursos previstas neste Contrato; podendo praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta cláusula 4ª.

4.7. Excussão da Cessão Fiduciária. Na ocorrência do vencimento antecipado de qualquer das Obrigações ou do inadimplemento das Obrigações, ou, ainda, na ocorrência de um Evento de Retenção, o Agente Fiduciário, poderá, pelo preço e nas condições que entender apropriadas, desde que não seja por preço vil, pública ou particularmente, judicial ou extrajudicialmente (inclusive de forma amigável, conforme descrito abaixo), a seu exclusivo critério, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, executar os Créditos Cedidos, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações. Para tanto, fica desde já o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, autorizado pela CEDAE, em caráter irrevogável e irretratável, a recebê-los, dando a cabal quitação, quando aplicável, vender, ceder, transferir, usar, sacar, descontar, investir ou resgatar os Créditos Cedidos, utilizando o produto obtido para, exclusivamente, a liquidação das Debêntures e das demais Obrigações devidas. O Agente Fiduciário poderá: (i) promover a venda amigável dos Créditos Cedidos, cuja autorização é desde já irrevogavelmente conferida pela CEDAE; e (ii) exercer todos os direitos e poderes conferidos ao credor fiduciário nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728/65, do artigo 19, IV, da Lei 9.514/97 e dos demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive, sem limitação: (a) o direito de, em caso de execução das garantias ora pactuadas, utilizar os valores depositados na Conta Vinculada para pagamento das Obrigações; e (b) o direito de reter os valores depositados na Conta Vinculada para posteriormente destinar tais valores ao pagamento das Obrigações.

4.7.1. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta cláusula 4.7, na medida em que forem sendo recebidos, serão imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das Obrigações.

4.7.2. Caso os recursos obtidos com a excussão não bastem para a liquidação integral das Obrigações, a CEDAE continuará obrigada pelo saldo remanescente, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações. O Agente Fiduciário entregará à CEDAE o que porventura sobejar após a excussão da presente garantia e adimplemento da totalidade do saldo devedor das Obrigações, inclusive Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações. Tal entrega dar-se-á, mediante o depósito de tais recursos em conta específica indicada pela CEDAE.

4.7.3. A excussão da Cessão Fiduciária independe de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

5. TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO DOS CRÉDITOS EMPENHADOS

5.1. Obrigação de transferir. Como condição das Garantias Reais, a CEDAE se obriga, de forma irrevogável e irretratável, em garantia das Obrigações, a transferir, da Conta Centralizadora para a conta corrente de titularidade da CEDAE nº **51.033-5**, da agência nº **2731**, do Banco Centralizador ("Conta Vinculada"), o produto recebido em decorrência dos Créditos Empenhados, em valor equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) (a) da próxima Amortização Programada acrescida do valor da Remuneração a ser paga na próxima Data de Pagamento de Remuneração, no mês subsequente ao da transferência, ou (b) em caso de vencimento antecipado das Obrigações, das Amortizações Programadas devidas acrescidas da Remuneração aplicável, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações ('a' ou 'b', "Valor Referência"). A CEDAE deverá tomar todas as providências para que o Banco Centralizador proceda com referida transferência, nos termos deste Contrato.

5.1.1. Na Data de Início, o Agente Fiduciário enviará ao Banco Centralizador o valor do próximo Valor Referência estimado, com base na Taxa DI da Data de Início em questão. Na Data de Pagamento, o Agente Fiduciário enviará ao Banco Centralizador o Valor Referência efetivo.

5.2. Periodicidade. A partir da Data de Início (inclusive), 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do produto dos Créditos Empenhados, disponíveis na Conta Centralizadora, deverão ser transferidos, diariamente, para a Conta Vinculada, até que o montante efetivamente transferido e depositado na Conta Vinculada, sem qualquer Ônus – exceto o aqui previsto –, atinja o Valor Referência estimado, nos termos da cláusula anterior, observado que, no máximo, o Valor Referência deverá estar integralmente depositado na Conta Vinculada, sem Ônus, até a Data Limite.

5.2.1. Sem prejuízo do disposto neste Contrato, o Agente Fiduciário poderá requerer, na qualidade de representante dos Debenturistas, que o Banco Centralizador emita extrato do saldo da Conta Vinculada, a qualquer momento, mediante solicitação por escrito neste sentido.

6. DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS GARANTIAS REAIS

6.1. Autorização. A outorga das Garantias Reais e a celebração deste Contrato foram aprovadas na RCA.

6.2. Registros. A CEDAE obriga-se, às suas expensas, no prazo de até: (i) 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato ou de qualquer aditamento a este Contrato, ou ainda, de atualização do Anexo 3.1.2(a), a comprovar ao Agente Fiduciário que este Contrato, qualquer aditamento a este Contrato ou o Anexo 3.1.2(a) atualizado foi submetido a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos (a) da Comarca do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro; e (b) da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo; e (ii) 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato ou de qualquer aditamento a este Contrato, ou ainda, de atualização do Anexo 3.1.2(a), a entregar ao Agente Fiduciário uma via original deste Contrato, qualquer aditamento a este Contrato ou o Anexo 3.1.2(a) atualizado devidamente registrado nos cartórios mencionados na alínea "i" acima.

6.2.1. Sem prejuízo às demais penalidades previstas neste Contrato ou na Escritura, caso a CEDAE não realize os registros nos termos mencionados acima, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado a proceder tais registros em referidos cartórios, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, cujas despesas serão reembolsadas, conforme descrito na cláusula 9ª, abaixo.

6.3. Caráter Cumulativo. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, do Penhor de Créditos com a Cessão Fiduciária, podendo o Agente Fiduciário executar todas ou cada uma das Garantias Reais indiscriminadamente e em qualquer ordem, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações. Todos os direitos e ações previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou ações previstos em lei, neste Contrato, na Escritura ou em outros instrumentos.

6.4. Razão determinante. É razão determinante dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, para a celebração da Escritura e deste Contrato, a informação da CEDAE de que: (i) a geração dos direitos creditórios de sua titularidade, contra os Usuários dos Municípios Autorizados, em decorrência da prestação dos Serviços, é constante; e (ii) as Arrecadações da Emissora no período entre 30 de novembro de 2010 e 30 de novembro de 2011 foram de R\$[*] ([*]).

6.5. Reforço. Nos termos dos artigos 1.425 e 1.427 do Código Civil, na hipótese de qualquer ato ou fato, independentemente da vontade da CEDAE, que implique ou possa implicar o desfalque, deterioração, perecimento ou desapropriação, total ou parcial, dos Créditos Empenhados ou dos Créditos Cedidos, a CEDAE ficará obrigada a, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações, substituí-los ou reforçá-los, total ou parcialmente, por créditos, sem qualquer Ônus, que derivem da prestação de Serviços e que, a critério do Agente Fiduciário, sejam líquidos, certos, de risco adequado e de devedor compatível. Para os fins deste Contrato: (i) são exemplos de eventos dessa espécie: (a) a deterioração ou depreciação dos Créditos Empenhados ou dos Créditos Cedidos; (b) a penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar sobre os Créditos Empenhados ou os Créditos Cedidos; (c) verificação de qualquer Ônus sobre os bens objeto da garantia real aqui prevista, observadas as Dívidas Existentes; (d) o Valor Referência não estar integralmente depositado na Conta Vinculada na Data Limite, e a CEDAE não o complementar até a Data de Pagamento, (e) redução, por qualquer razão, do Valor Referência depositado na Conta Vinculada, (f) qualquer evento que reduza o valor dos Créditos Empenhados ou dos Créditos Cedidos, ou comprometa a validade, eficácia ou exequibilidade das Garantias Reais; e (ii) presume-se haver um Evento de

Reforço e Substituição quando o Relatório de Arrecadações apontar uma redução superior a 25% (vinte e cinco cento) das Arrecadações relativas exclusivamente às receitas dos Municípios Autorizados ("Evento de Reforço e Substituição").

6.6. Excussão. A excussão parcial ou total de qualquer das Garantias Reais não afetará os termos, condições e proteções deste Contrato, que permanecerá integralmente válido e vigente até a integral e definitiva liquidação das Obrigações, sendo certo que o Agente Fiduciário poderá realizar sucessivas excussões, de qualquer das Garantias Reais, a fim de garantir a liquidação total de todas as Obrigações.

6.7. Mandato. Fica o Agente Fiduciário, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, autorizado, na qualidade de mandatário da CEDAE, a preservar a eficácia deste Contrato, a excutir as Garantias Reais e a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão das Garantias Reais, sendo-lhe conferido, até o integral pagamento das Obrigações, a procuração, cujo modelo consta do Anexo 6.6, em que lhe são outorgados todos os poderes assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judícia*" e "*ad negotia*" previstos no Código Civil, incluindo os artigos 1.433 e 1.434, e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

6.8. Documentos Comprobatórios. Os instrumentos, contratos, extratos e/ou outros documentos evidenciando a titularidade ou relacionados aos Créditos Empenhados e aos Créditos Cedidos deverão ser mantidos na sede da CEDAE, na qualidade de fiel depositária, assumindo todas as responsabilidades a ela inerentes, na forma da lei.

6.9. Envio de Informações. A CEDAE deverá enviar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas com relação às Garantias Reais por escrito pelo Agente Fiduciário, inclusive os documentos referidos na cláusula anterior, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da respectiva solicitação, salvo se outro prazo específico não estiver estabelecido neste Contrato ou na Escritura.

6.9.1. Adicionalmente, a CEDAE autoriza, neste ato, o Banco Centralizador a enviar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação às Garantias Reais, incluindo extratos da Conta Centralizadora e Conta Vinculada. A CEDAE declara, expressamente, que o fornecimento de referidas informações para o Agente Fiduciário não constituirá, de nenhum modo, violação de quaisquer regras de sigilo bancário, consentindo desde já com o envio de tais informações.

6.10. Onerações. A CEDAE obriga-se a manter as Garantias Reais, os bens e direitos a elas subjacentes sempre livres e desembaraçados, de quaisquer Ônus, observadas as Dívidas Existentes.

6.10.1 Qualquer constituição de Ônus sobre as Garantias Reais e/ou os bens e direitos a ela subjacentes dependerá de aprovação prévia de Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas ("AGD"), nos termos da Escritura.

6.11. Agente Fiduciário. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, neste Contrato e na Escritura, poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento da Escritura, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial, com este Contrato ou a Escritura.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDAE

7.1. Obrigações Adicionais da CEDAE. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, na Escritura ou em lei, a CEDAE obriga-se, até o cumprimento integral das Obrigações, a:

- (i) cumprir com o disposto na Escritura, neste Contrato, em lei ou em outros instrumentos relacionados com as Debêntures ou a Emissão;
- (ii) manter o Penhor de Créditos e a Cessão Fiduciária existentes, válidos, eficazes e em pleno vigor, sem qualquer Ônus, restrição ou condição, de acordo com os seus termos e com os termos da Escritura e deste Contrato, ressalvado o disposto nas Dívidas Existentes;
- (iii) reembolsar o Agente Fiduciário ou os Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas incorridos com o registro deste Contrato nos termos da cláusula 6.2.1 acima, desde que devidamente comprovados;
- (iv) assegurar que a Conta Centralizadora será a única conta autorizada a centralizar o recebimento do produto dos Créditos Empenhados, inclusive os valores devidos pelos Usuários dos Municípios Autorizados pela prestação dos Serviços;
- (v) assegurar que o Banco Centralizador transferirá, mensalmente e nos termos do disposto na cláusula 5ª acima, o Valor Referência para a Conta Vinculada;
- (vi) transferir à Conta Centralizadora, quaisquer recursos relativos aos Créditos Empenhados, que sejam erroneamente transferidos ou depositados em conta da CEDAE que não seja a Conta Centralizadora, no prazo de até 1 (um) dia útil contado da respectiva data de recebimento ou instruir terceiros contratados, inclusive instituições financeiras, a cumprir com o aqui disposto;
- (vii) não praticar qualquer ato que resulte na renúncia relevante de direitos ou na exoneração dos devedores de qualquer dos Créditos Empenhados;
- (viii) informar o Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer ato, fato, evento ou controvérsia relevante que possa afetar de forma adversa os direitos e obrigações pactuados neste Contrato ou as Garantias Reais;
- (ix) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo de que tenha conhecimento e que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar as Garantias Reais, a critério exclusivo do Agente Fiduciário, bem como informar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas; e

100070

92

- (x) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um efeito adverso ao Penhor de Créditos, à Cessão Fiduciária ou ao disposto neste Contrato, inclusive, sem limitação, alteração do código de arrecadação dos Créditos Empenhados ou alteração dos contratos celebrados com instituições financeiras arrecadoras relativas estritamente aos Documentos de Arrecadação cujo efeito resulte ou possa resultar em um efeito adverso ao Penhor de Créditos, à Cessão Fiduciária ou ao disposto neste Contrato.

8. DECLARAÇÕES DA CEDAE

8.1. Declarações da CEDAE. São razões determinantes deste Contrato e da Escritura as declarações a seguir da CEDAE, em favor dos Debenturistas e do Agente Fiduciário, de que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é a legítima proprietária e possuidora, a justo título, dos Créditos Empenhados e dos Créditos Cedidos, existentes nesta data, e será a legítima titular dos Créditos Empenhados e dos Créditos Cedidos que venham a existir no futuro, sem qualquer Ônus;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a CEDAE, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da CEDAE, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a CEDAE, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da CEDAE, suas Controladas e/ou coligadas, que não o Penhor de Créditos e a Cessão Fiduciária, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (viii) as Garantias Reais aqui contratadas não configuram nenhuma hipótese de fraude contra credores, fraude à execução, fraude fiscal ou fraude falimentar;

- (ix) exceto pelos registros mencionados na cláusula 6.2 acima, nenhum consentimento, aprovação, autorização ou qualquer outra medida, bem como nenhuma notificação de ou a, ou declaração ou registro junto a qualquer órgão ou agência governamental ou pública ou qualquer outro terceiro se faz necessária à autorização, à celebração e ao cumprimento do presente Contrato pela CEDAE ou à consumação das operações aqui previstas;
- (x) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil;
- (xi) a Conta Centralizadora é a única conta centralizadora autorizada a receber o produto dos Créditos Empenhados, inclusive os valores devidos pelos Usuários dos Municípios Autorizados pela prestação dos Serviços;
- (xii) a alteração do Banco Centralizador, da Conta Centralizador, da Conta Vinculada ou do Contrato de Conta Vinculada depende de aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD; e
- (xiii) as declarações e garantias prestadas neste Contrato são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos relevantes na data deste Contrato e nenhuma delas omite qualquer fato relacionado ao seu objeto, omissão essa que resultaria na falsidade de tal declaração ou garantia.

8.2. Notificação. A CEDAE se compromete a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas neste Contrato tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas. Caso a CEDAE não notifique o Agente Fiduciário neste sentido, a referida falsidade e/ou imprecisão das declarações constituirá um evento de vencimento antecipado das Obrigações e, consequentemente, um Evento de Retenção.

9. DESPESAS E TRIBUTOS

9.1. Despesas. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pelo Agente Fiduciário, em razão deste Contrato — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios razoáveis e usuais, custas e despesas judiciais para fins da excussão das Garantias Reais, tributos e encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da CEDAE, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

9.2. Reembolsos. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa relacionados ao objeto deste Contrato, ou às Obrigações, a CEDAE deverá reembolsá-lo, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos respectivos comprovantes.

9.3. Tributos. Correrão por conta da CEDAE todos os tributos e demais encargos fiscais ou parafiscais de qualquer natureza, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre as Garantias Reais ora constituídas, sobre os valores e pagamentos delas decorrentes, sobre movimentações financeiras a elas relativas e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Prazo. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral da totalidade das Obrigações.

10.2. Liberação das Garantias Reais. Em até 3 (três) dias úteis da data em que as Obrigações estiverem integral e definitivamente quitadas, o Agente Fiduciário deverá enviar à CEDAE comunicação escrita (i) atestando o término de pleno direito deste Contrato; e (ii) autorizando a CEDAE a liberar o Penhor de Créditos e a Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere a cláusula 6.2. acima.

11. INDENIZAÇÃO

11.1 Obrigação de Indenizar. A CEDAE é responsável por todas as perdas, danos, custos ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) causados ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e a suas Partes Relacionadas, resultantes, direta ou indiretamente, da inexecução ou da execução incorreta ou indevida de suas obrigações acordadas neste Contrato.

11.1.1. A CEDAE se obriga, ainda, sem prejuízo dos poderes, faculdades, pretensões e imunidades assegurados por lei, pela Escritura ou outro instrumento, a indenizar o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas, conforme o caso, por qualquer prejuízo causado pela falsidade, incompletude ou imprecisão das declarações ou garantias feitas ou informações prestadas no âmbito deste Contrato.

12. COMUNICAÇÕES

12.1. Endereços. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os endereços constantes do Anexo 12.1 deste Contrato.

12.2. Recebimento. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à CEDAE, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais partes.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Cessão. O Agente Fiduciário poderá, em nome dos Debenturistas, ceder total ou parcialmente os seus direitos previstos neste Contrato. É expressamente vedada à CEDAE a transferência a quaisquer terceiros das obrigações aqui previstas e dos Créditos Empenhados, salvo mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em AGD nos termos da Escritura.

13.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da CEDAE, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Irrevogabilidade e irretratabilidade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.4. Invalidez ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Entendimento integral. Este Contrato, a Escritura e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias Reais, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

13.6. Alterações. O presente Contrato apenas será modificado, aditado ou complementado com o consentimento expresso e por escrito da CEDAE e do Agente Fiduciário, mediante aprovação em AGD, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados.

13.7. Significado. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

13.8. Boa-fé. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de suas vontades e em perfeita relação de equidade.

13.9. Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: (i) assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e ratificação ou aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar o registro deste instrumento; e (ii) apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem necessárias à viabilização de referidos registros.

13.10. Execução Específica. As Partes reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, inclusive para os fins e efeitos dos artigos 585, inciso II, e 632 e seguintes da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). O Agente Fiduciário poderá, a seu critério exclusivo e na qualidade de representante dos Debenturistas, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, conforme o disposto nos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

14. LEI APLICÁVEL E FORO

14.1. Lei aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.2. Foro. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com este Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes e o interveniente-anuente firmam o presente Contrato, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [•] de janeiro de 2012.

(o restante da página foi deixado intencionalmente em branco)

23 JAN 2012

97

[Página 1/1 de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Penhor sobre Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças, celebrado em [•] de janeiro de 2012, entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, Planner Trustee DTVM Ltda. e Banco Bradesco S.A.]

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAEPor:
Cargo:Por:
Cargo:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.Por:
Cargo:Por:
Cargo:

BANCO BRADESCO S.APor:
Cargo:Por:
Cargo:**Testemunhas:**1. _____
Nome:
RG:2. _____
Nome:
RG:

ANEXO 1.1 - DEFINIÇÕES

- (i) "Caixa" — significa a Caixa Econômica Federal.
- (ii) "Contrato de Cessão RJ" — significa o "*Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações*", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007.
- (iii) "Dívida Existente" — significa a Dívida Light, a Dívida Prece ou ambas.
- (iv) "Dívida Light" — significa o "*Contrato de Confissão de Dívida, Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações*", celebrado entre a Emissora e a Light — Serviços de Eletricidade S.A. e o Banco Itaú S.A. em 22 de dezembro de 2005, e aditado em 18 de dezembro de 2006, 28 de dezembro de 2007 e 05 de agosto de 2011, por meio do qual a CEDAE, em garantia das obrigações ali assumidas, constituiu penhor, também de primeiro grau, sobre os Créditos Empenhados, até a o valor da amortização mensal devida à Light nos termos de tal instrumento
- (v) "Dívida Prece" — significa, em conjunto, os seguintes instrumentos celebrados entre a CEDAE e a Prece (i) "*Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívidas, que entre si fazem a Prece - Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE*", celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011, por meio do qual a CEDAE, em garantia das obrigações ali assumidas, constituiu penhor, também de primeiro grau, sobre os Créditos Empenhados, até a o valor da amortização mensal devida à Prece nos termos de tal instrumento; (ii) "*Termo de Contrato e Confissão de Dívida que entre si celebram a Prece - Prece Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE*", celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011, por meio do qual a CEDAE, em garantia das obrigações ali assumidas, constituiu penhor, também de primeiro grau, sobre os Créditos Empenhados, até a o valor da amortização mensal devida à Prece nos termos de tal instrumento; e (iii) "*Contrato de Assunção de Compromisso e de Financiamento que entre si celebram a Prece - Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE*", celebrado em 15 de dezembro de 2011, por meio do qual a CEDAE, em garantia das obrigações ali assumidas, constituiu penhor, também de primeiro grau, sobre os Créditos Empenhados, até a o valor da amortização mensal devida à Prece nos termos de tal instrumento.
- (vi) "Documentos de Arrecadação" — significa as contas, boletos ou documentos similares dotados de códigos de barra, representativos dos Créditos Empenhados, identificados pelo código de arrecadação 014, emitidos pela CEDAE e enviados periodicamente aos Usuários dos Municípios Autorizados para fins de pagamentos pelos Serviços prestados.
- (vii) "FIDC" — significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, inscrito no CNPJ nº 14.137.344/0001-51.
- (viii) "Light" — significa a Light — Serviços de Eletricidade S.A.

- (ix) "Municípios Autorizados" — significa todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro aos quais a CEDAE presta os Serviços, inclusive, sem limitação, aqueles cujos Documentos de Arrecadação possuam código de cobrança nº 014, com exclusão dos Municípios Excluídos.
- (x) "Municípios Excluídos" — significa os municípios: (i) do Rio de Janeiro (com exceção da Área de Planejamento 5, conforme definido no Contrato de Concessão RJ), com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tal localidade foram cedidos em favor do FIDC, nos termos do "*Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças*", celebrado entre a CEDAE e o FIDC, dentre outros, em 1º de dezembro de 2011; e (ii) de Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tais localidades encontram-se onerados em favor da Caixa, nos termos do "*Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças*" celebrado em 03 de novembro de 2011 entre a União e a CEDAE, com a interveniência da Caixa e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- (xi) "Ônus" e o verbo correlato "Onerar" — significa quaisquer gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.
- (xii) "Prece" — significa a Prece — Previdência Complementar.

ANEXO 3.1.2(A) – LISTAGEM DE MUNICÍPIOS AUTORIZADOS

1. ANGRA DOS REIS
2. AP5 (RIO DE JANEIRO)
3. APERIBE
4. BOM JARDIM
5. BOM JESUS ITABAPOANA
6. CACHOEIRAS DE MACACU
7. CAMBUCI
8. CANTAGALO
9. CARAPEBUS
10. CARDOSO MOREIRA
11. CORDEIRO
12. DUAS BARRAS
13. ENG. PAULO DE FRONTIN
14. ITABORAI
15. ITAGUAI
16. ITALVA
17. ITAOCARA
18. ITAPERUNA
19. JAPERI
20. LAJES DO MURIAE
21. MACAE
22. MACUCO
23. MAGE
24. MANGARATIBA
25. MARICA
26. MESQUITA
27. MIGUEL PEREIRA
28. MIRACEMA
29. NATIVIDADE
30. NILOPOLIS
31. PARACAMBI
32. PARAIBA DO SUL
33. PATY DO ALFERES
34. PINHEIRAL
35. PIRAI
36. PORCIUNCULA
37. QUEIMADOS
38. QUISSAMA
39. RIO BONITO
40. RIO CLARO
41. RIO DAS OSTRAS

42. S.FCO.DO ITABAPOANA
43. SÃO SEBASTIAO DO ALTO
44. SAO FIDELIS
45. SAO JOAO DA BARRA
46. SAO JOAO DE MERITI
47. SAO JOSE DE UBA
48. SAPUCAIA
49. SEROPEDICA
50. STA MARIA MADALENA
51. SUMIDOURO
52. TANGUA
53. TERESOPOLIS
54. TRAJANO DE MORAES
55. VALENCA
56. VARRE-SAI
57. VASSOURAS

**ANEXO 3.3(ii) – NOTIFICAÇÃO AOS BANCOS ARRECADADORES DOS
DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO**

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2012.

À
[nome do banco arrecadador]
At.: [•]
[endereço]

C/c.: **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**
At: Viviane Rodrigues
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP

Ref.: **Penhor de recebíveis da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE**

Prezados,

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("CEDAE"), vem por meio desta informar que:

- (i) Em reunião do Conselho de Administração da CEDAE, realizada em [•] de janeiro de 2012 ("RCA"), deliberou-se a aprovação da segunda emissão de debêntures pela CEDAE, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias reais, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sob o regime de garantia firme de colocação ("Debêntures" e "Emissão"), sem registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme permitido pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
- (ii) Em [•] de [•] de 2012, a CEDAE e a Planner Trustee DTVM Ltda., na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Escritura"); e

103

- (iii) os direitos creditórios de titularidade da CEDAE oriundos da prestação dos serviços por ela desempenhados para os usuários dos Municípios Autorizados (assim entendidos como todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, com exceção do Rio de Janeiro — excluída a Área de Planejamento 5 - AP-5 —, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Belford Roxo e Duque de Caxias), atualmente objeto do código de arrecadação nº "014", encontram-se empenhados, em primeiro grau, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e em garantia das Obrigações, conforme descritas na Escritura ("Créditos Empenhados"), penhor este formalizado por meio do "*Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças*" ("Contrato de Garantias Reais"), celebrado em [•] do [•] de 2012 entre a CEDAE e o Agente Fiduciário.

Desta maneira, ficam V.Sas. informados de que o produto arrecadado de todos os Créditos Empenhados deverá continuar a ser direcionado, sem quaisquer alterações, para a conta nº **51.000-9**, agência nº **2731**, mantida no **Banco Bradesco S.A.** ("Conta Centralizadora"), a fim de assegurar o cumprimento do disposto no Contrato de Garantias Reais, sem prejuízo das demais disposições atualmente vigentes, conforme o instrumento contratual de arrecadação celebrado pela CEDAE com V.Sas.

Qualquer regra diversa para transferência do produto dos Créditos Empenhados que não seja para a Conta Centralizadora, ou para alteração do código de arrecadação, deverá ser efetuada mediante autorização escrita da CEDAE e do Agente Fiduciário.

Atenciosamente,

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

ANEXO 6.6 – PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos [dia] do mês de [mês] do ano de dois mil e doze (2012), neste Município e Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, lavrado neste [Oficial], que, perante mim, [nome], Escrevente Autorizado, compareceu, como outorgante, **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada, na forma do artigo 28 de seu Estatuto Social, pelos Srs. Wagner Granja Viter, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 811.063.934-D - CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 763.609.467-34, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Franco Job nº [52] apt. 101, Moneró – Ilha do Governador; e Hélio Cabral Moreira, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 513858310 - DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.860.916-91, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alexandra nº 223, Itanhangá – Barra da Tijuca (doravante designada "Outorgante"). **ENTÃO**, pela Outorgante, por meio de seus representantes legais, me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, sua bastante procuradora a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, ou sua substituta, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas de sua 2ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias reais, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para, em seu nome e em benefício dos debenturistas, com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário a fim de, nos termos da cláusula 6.6 do "*Instrumento Particular de Constituição de Penhor sobre Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças*", datado de [•] de janeiro de 2012 (designado, conforme aditado, o "Contrato de Garantias Reais"), preservar a eficácia do Contrato de Garantias Reais, excutir as Garantias Reais e firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão das Garantias Reais, inclusive, **nos limites e de acordo com as disposições do Contrato de Garantias Reais**: (a) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) e firmar qualquer instrumento compatível com os termos do Contrato de Garantias Reais necessário para lograr as finalidades do Contrato de Garantias Reais; (b) praticar todos os atos necessários em relação às Garantias Reais para a preservação do Contrato de Garantias Reais, e da situação do Penhor de Créditos e da Cessão Fiduciária nele constituídos, como direito de garantia de primeiro grau válido, exequível e devidamente formalizado; (c) movimentar a Conta Vinculada, nos termos estabelecidos no Contrato de Garantias Reais; (d) efetuar as transferências ou bloqueios de recursos na Conta Vinculada nos termos do Contrato de Garantias Reais; (e) receber o produto da execução das Garantias Reais para pagamento das Obrigações; e (f) firmar todos e quaisquer outros instrumentos e praticar todos os atos (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) necessários para excutir as Garantias Reais. A Outorgada não poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes ora conferidos a ela. Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Garantias Reais. A presente procuração: (i) é outorgada como condição ao Contrato de Garantias Reais; (ii) contém a cláusula "em causa própria", a ela se aplicando o disposto no artigo 685 do Código Civil; (iii) destina-se ao atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com artigo 684 do Código Civil Brasileiro; e (iv) é válida por 5 (cinco) anos, ou até o cumprimento integral das Obrigações, o que ocorrer por último.

[Nota: Ajustes do texto poderão ser realizados a pedido do oficial, desde que os poderes outorgados sejam preservados]

ANEXO 12.1 - NOTIFICAÇÕES

(i) Para a CEDAE**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**

At: Hélio Cabral Moreira
Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova
CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2332-3644
Fax: (21) 2332-3644
Email: helio.cabral@cedae.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

At: Viviane Rodrigues
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA VINCULADA

Pelo presente instrumento particular, as partes:

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas nº 2.655, Cidade Nova, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, em 14.08.1975, e inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda, sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Wagner Granja Viter, inscrito no CPF/MF sob o nº 763.609.467-34, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 811.063.934-D – CREA/RJ, e pelo Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Hélio Cabral Moreira, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 0601912749 CREA-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.860.916-91, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade, ao final assinados, e doravante denominada **CEDAE**;

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da 2ª emissão da CEDAE, neste ato representada na forma do seu contrato social, e doravante denominada **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira privada, com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, CEP 06029-900, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma de seu estatuto social, e doravante denominado **BANCO**.

CEDAE, AGENTE FIDUCIÁRIO e BANCO adiante denominados, em conjunto, como "**PARTES**" e individualmente como "**PARTE**".

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [●] de [●] de 2012, a **CEDAE** e o **AGENTE FIDUCIÁRIO** celebraram o "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE*" ("Escritura"), por meio do qual estabeleceram os termos e condições da segunda emissão de debêntures pela CEDAE, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias reais, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sob o regime de garantia firme de colocação ("Debêntures"), sem registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme permitido pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
- (ii) em [●] do [●] de 2012, a **CEDAE** e o **AGENTE FIDUCIÁRIO** celebraram o "*Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças*" ("Contrato de Garantias Reais"), para formalizar as garantias reais das Debêntures e das Obrigações, quais sejam, Penhor de Créditos e Cessão Fiduciária, conforme definidos e detalhados em tal instrumento (em conjunto, "Garantias Reais");

- (iii) o Contrato de Garantias Reais estabelece, ainda, em linhas gerais, os mecanismos de movimentação financeira necessários para garantir a implementação e operacionalização das Garantias Reais, a seguir detalhados neste instrumento;
- (iv) a **CEDAE** mantém no **BANCO**, na agência nº 2731, a conta nº 51.000-9 ("**CONTA CENTRALIZADORA**"), por meio da qual recebe, nesta data, e receberá até a liquidação integral das Obrigações, conforme declaração constante do Contrato de Garantias Reais, a totalidade dos valores pagos pelos Usuários dos Municípios Autorizados em decorrência da prestação dos Serviços;
- (v) para a garantia do cumprimento e da integral liquidação das Debêntures e das Obrigações, a **CEDAE** transferirá, mensalmente, o montante equivalente a 100% (cem por cento) (a) da próxima Amortização Programada das Debêntures acrescida do valor da Remuneração a serem pagas na próxima Data de Pagamento, no mês subsequente ao da transferência, nos termos da Escritura, ou (b) em caso de vencimento antecipado das Obrigações, das Amortizações Programadas devidas acrescidas da Remuneração aplicável, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações (sendo "a" ou "b", "Valor Referência"), para a conta da **CEDAE** nº **51.033-5**, na agência nº **2731**, mantida junto ao **BANCO** ("**CONTA VINCULADA**"), segundo a sistemática deste instrumento; e
- (vi) todos os termos e expressões utilizados em maiúsculas neste instrumento, e aqui não definidos, terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Garantias Reais;

RESOLVEM as **PARTES**, em comum acordo, pelo presente instrumento, celebrar este "*Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Conta Vinculada*" ("Contrato"), nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos pagamentos mensais

1.1 – A **CEDAE** é titular da **CONTA VINCULADA**, para onde serão transferidos, mensalmente, em garantia das Obrigações, recursos da **CONTA CENTRALIZADORA**, até o limite de 100% (cem por cento) do próximo Valor Referência, conforme informado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, devendo o **BANCO** efetuar, diariamente, a transferência compulsória dos valores referentes aos direitos creditórios provenientes da arrecadação dos recebíveis da **CEDAE**, atuais e futuros, exceto os direitos creditórios decorrentes da prestação dos Serviços aos Usuários localizados nos Municípios Excluídos, no dia útil seguinte ao 15º dia de cada mês ("Data de Início"), na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação diária destes municípios, até atingir o Valor Referência.

1.1.1 – A **CEDAE** deverá tomar todas as providências necessárias para que 100% (cem por cento) do Valor Referência estejam integralmente depositados na **CONTA VINCULADA**, sem Ônus, até o 3º (terceiro) dia útil que antecede cada Data de Pagamento ("Data Limite"), sendo de sua inteira responsabilidade qualquer complemento necessário na **CONTA VINCULADA**, inclusive em decorrência de um Evento de Reforço e Substituição, conforme previstos no Contrato de Garantias Reais.

1.1.2 – Em toda Data de Início, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** enviará ao **BANCO** o valor do próximo Valor Referência estimado, com base na Taxa DI da Data de Início em questão.

1.1.3 – Os ativos creditados na **CONTA VINCULADA** (i) devem ser aplicados diariamente em (a) ativos financeiros de baixo risco de crédito ou com risco de crédito do **BANCO**, com liquidez diária e resgate programado para até a próxima Data de Pagamento; ou (b) em quotas de fundos de investimentos administrados pelo Banco Centralizador ou por entidades por ele controladas, com liquidez diária; e (ii) não poderão ser utilizados para aquisição de ativos cujo risco de crédito seja a **CEDAE**, seu Controlador ou sociedades sob Controle comum ("Investimento").

1.1.4. – A **CEDAE** declara que o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, os Debenturistas ou o **BANCO** não terão qualquer responsabilidade por qualquer perda de capital investido, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer Investimento.

1.1.5. – A **CEDAE** autoriza, neste ato, o **BANCO** a enviar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** com relação às Garantias Reais, incluindo extratos da **CONTA CENTRALIZADORA** e **CONTA VINCULADA**. A **CEDAE** declara, expressamente, que o fornecimento de referidas informações para o **AGENTE FIDUCIÁRIO** não constituirá, de nenhum modo, violação de quaisquer regras de sigilo bancário, consentindo desde já com o envio de tais informações.

1.2 – Para fins deste Contrato, e até a final liquidação de todas as Obrigações, a **CEDAE** obriga-se a manter aberta a **CONTA CENTRALIZADORA** e a **CONTA VINCULADA** no **BANCO**, bem como se obriga a centralizar, na **CONTA CENTRALIZADORA**, o recolhimento de todos os valores relativos aos Serviços prestados pela **CEDAE**, exceto os serviços prestados aos usuários localizados nos Municípios Excluídos.

1.3 – Qualquer notificação deverá ser efetuada por escrito e será considerada válida somente quando entregue através de correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico cujo recebimento seja inequívoco nos endereços abaixo identificados:

(i) Se para a **CEDAE**:

Avenida Presidente Vargas nº 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ

Fax: 21-2332-3644

AT.: Diretoria Financeira

E-Mail: df@cedae.com.br

(ii) Se para o **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar, São Paulo, SP

Fax: 11 – 3078-7264

AT.: Viviane Rodrigues

E-Mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(iii) Se para o **BANCO**:

(endereço)

Fax: [•]

AT.: [•]

E-Mail: [•]

1.4 – Em cada Data de Pagamento, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** enviará ao **BANCO**, com cópia para a **CEDAE**, o valor exato do Valor Referência devido em tal data. Este deverá ser o valor considerado pelo **BANCO** para fins do item 1.5 abaixo.

1.5 – No final do expediente bancário do dia 15 de cada mês, ou no dia útil imediatamente posterior se no respectivo dia não houver expediente bancário ("Data de Pagamento"), o **BANCO** transferirá, a título de pagamento da Amortização Programada e Remuneração das Debêntures, para a conta corrente nº [●], Agência nº [●], mantida junto ao **BANCO 341 – Itaú Unibanco S.A. ("Conta Pagamento")**, na qualidade de banco mandatário e agente escriturador das Debêntures, ou para outra conta corrente que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** vier a informar por escrito, o montante total do Valor Referência indicado na notificação recebida pelo **BANCO** nos termos do item 1.4 acima.

1.5.1. – Caso o valor depositado na **CONTA VINCULADA** na Data de Pagamento não corresponda ao Valor Referência informado em tal data pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **CEDAE** deverá, na mesma data, sob pena de vencimento antecipado das Obrigações, transferir recursos líquidos, certos e disponíveis, sem quaisquer Ônus, para a **CONTA VINCULADA**, até que o montante nela depositado seja o correspondente ao Valor Referência em questão.

1.5.2. – Sem prejuízo da obrigação da **CEDAE** no item 1.5.1 acima, se não existir saldo disponível suficiente na **CONTA VINCULADA** para que o **BANCO** possa realizar a transferência total de tal Valor Referência, este procederá conforme previsto na cláusula quarta deste instrumento.

1.6 – Na Data de Início, o **BANCO**, se recebida notificação enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** nos termos da cláusula 4.4 do Contrato de Garantias Reais, debitará na **CONTA VINCULADA** o montante correspondente ao saldo disponível e creditará o respectivo valor na **CONTA CENTRALIZADORA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da autorização para transferência de valores

2.1 – A **CEDAE**, neste ato, autoriza o **BANCO** a transferir valores da **CONTA CENTRALIZADORA** para a **CONTA VINCULADA**, da **CONTA VINCULADA** para a **CONTA CENTRALIZADORA** e da **CONTA VINCULADA** para a Conta Pagamento, sempre em cumprimento ao disposto neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da quitação de pagamento

3.1 – O comprovante de transferência da **CONTA VINCULADA** para a Conta Pagamento valerá como quitação do pagamento das respectivas parcelas de Amortizações Programadas e Remuneração devidas nos termos da Escritura, desde que integralmente liquidadas.

CLÁUSULA QUARTA – Da insuficiência de recursos e notificação à CEDAE e ao AGENTE FIDUCIÁRIO

4.1 – Se, por qualquer motivo, os recursos disponíveis na **CONTA VINCULADA** não forem suficientes para o **BANCO** efetuar a transferência do valor integral do Valor Referência, apurado conforme o disposto no item 1.4 acima, este transferirá à Conta Pagamento, ou outra conta indicada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, todo o valor existente na **CONTA VINCULADA**, resgatando a totalidade dos eventuais Investimentos, e notificará, nesta mesma Data de Pagamento, a **CEDAE**, com cópia para o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, informando-os acerca da impossibilidade quanto à realização da transferência integral do Valor Referência.

CLÁUSULA QUINTA – Vigência da CONTA VINCULADA

5.1 – As disposições deste Contrato serão válidas e eficazes até a liquidação integral das Obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – Das alterações do Contrato

6.1 – Qualquer alteração das condições previstas neste Contrato somente será válida e eficaz mediante termo de aditamento a ser celebrado entre as **PARTEs**. A alteração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** implicará modificação automática de tal parte deste Contrato e o substituto poderá exercer os respectivos poderes, pretensões e faculdades a partir da data em que os Debenturistas elegerem o respectivo substituto em assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Escritura.

6.2 – A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas **PARTEs**, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as **PARTEs** desde já se comprometem a negociar, nos 30 (trinta) dias subsequentes, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das **PARTEs** quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das obrigações do BANCO

7.1 – O **BANCO** não terá qualquer responsabilidade em relação às disposições da Escritura, nem será, sob qualquer pretexto ou fundamento, chamado a atuar como intérprete das condições nela estabelecidas, devendo observar o disposto no Contrato de Garantias Reais, do qual é signatário na qualidade de interveniente-anuente, observados os termos deste Contrato.

7.2 – O **BANCO** declara (i) ter conhecimento dos termos da Escritura; e (ii) ter recebido, nesta data, cópia de referido instrumento. Prevalecerá o disposto na Escritura e no Contrato de Garantias Reais se este Contrato (i) for omissivo, (ii) divergir de tais instrumentos ou (iii) contiver eventual contradição.

7.3 – As obrigações do **BANCO** serão:

(i) transferir, mensalmente, o Valor Referência correspondente da **CONTA CENTRALIZADORA** para a **CONTA VINCULADA** e da **CONTA VINCULADA** para a Conta Pagamento, observando-se os prazos, valores e limites indicados neste Contrato;

(ii) movimentar a **CONTA VINCULADA** de acordo com o previsto neste Contrato, mediante ordens escritas do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nos termos deste Contrato;

(iii) prestar o serviço de pagamentos devidos aos Debenturistas, por meio de crédito na Conta Pagamento do Valor Referência, desde que haja saldo disponível na **CONTA VINCULADA**;

(iv) não autorizar a emissão de cheques ou qualquer espécie de cartão relacionados com a **CONTA VINCULADA**.

CLÁUSULA OITAVA – Da remuneração do BANCO

8.1 – Pelos serviços prestados, o **BANCO** receberá da **CEDAE** a remuneração abaixo fixada:

(i) Taxa Única de Implantação: R\$ [•] ([•] reais); e

(ii) Taxa Fixa Mensal: R\$ [•] ([•] reais);

8.2 – Os valores estabelecidos serão corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

8.3 – Os valores dos serviços serão debitados pelo **BANCO** na **CONTA CENTRALIZADORA**.

8.4. – A **CEDAE** arcará com todos os ônus e despesas decorrentes do estabelecimento e manutenção da **CONTA CENTRALIZADORA** e da **CONTA VINCULADA**.

CLÁUSULA NONA – Da comunicação entre as PARTES

9.1 – A comunicação oral e escrita entre as **PARTES** será feita exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no item 1.3, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas protocoladas, *fac-símile* ou *e-mail*.

9.2 – As **PARTES** poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que as outras **PARTES** sejam avisadas por escrito e haja a confirmação do envio da alteração, por aviso de recebimento e/ou ligação telefônica com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos tributos e encargos

10.1 – O recolhimento dos tributos e encargos incidentes sobre esta contratação será realizado pela **PARTE** definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – Da cessão deste Contrato

11.1 – Fica vedada a cessão dos direitos e transferências das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da **CEDAE** e do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ressalvada a hipótese do **BANCO** cedê-los total ou parcialmente à empresa sob controle direto ou indireto do **BANCO**, e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato e a ele adiram.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – Da tolerância

12.1 – Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. A tolerância das **PARTES** quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pelas outras **PARTES** não implicará em renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, novação ou alteração do que foi aqui contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – Da rescisão deste Contrato

13.1 – Observado o disposto na cláusula 13.4, o presente Contrato poderá ser rescindido, imediatamente, por qualquer das **PARTES**, a qualquer momento, mediante notificação, por escrito, às outras **PARTES** com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem quaisquer ônus para quaisquer das **PARTES**, salvo o reembolso ao **BANCO**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento de solicitação nesse sentido, das eventuais despesas incorridas na prestação de seus serviços até a data da rescisão.

13.2 – Caso a **CEDAE**, por qualquer motivo, pretenda encerrar a **CONTA CENTRALIZADORA** ou a **CONTA VINCULADA** e centralizar o recebimento dos valores relativos à remuneração pela prestação de seus Serviços em outras instituições financeiras que não o **BANCO** para realização das atividades previstas neste Contrato, deverá obter do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, mediante aprovação pelos Debenturistas em AGD, prévia autorização expressa, por escrito, nesse sentido, observado o disposto na cláusula 4.2.2 do Contrato de Garantias Reais.

13.3 – O encerramento da **CONTA CENTRALIZADORA** e/ou da **CONTA VINCULADA**, previsto no item anterior, deverá ser precedido de aviso escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, dirigido ao **BANCO**, assinado pelos representantes da **CEDAE** e do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, e implicará a consequente rescisão deste Contrato, sem prejuízo de outras consequências previstas na Escritura e no Contrato de Garantias Reais.

13.4 – Na hipótese de rescisão do presente Contrato pelo **BANCO**, a **CEDAE** obriga-se a contratar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de entrega da notificação a que se refere o item 13.1 acima, observado o disposto no item 13.2 e 13.3 acima, banco de primeira linha para desempenhar a função de banco arrecadador, o qual deverá ter sido previamente aprovado, por escrito, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, devendo o respectivo contrato observar as bases expressas no presente instrumento e no Contrato de Garantias Reais.

13.4.1. – Adicionalmente, na hipótese de rescisão do presente Contrato pela **CEDAE**, a **CEDAE** obriga-se a contratar o referido banco de primeira linha aprovado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, antes do envio, por ela, da notificação de rescisão, assegurando que não haverá qualquer interrupção dos serviços bancários que possa impactar a eficácia das Garantias Reais.

13.5 – As **PARTES** se obrigam a desempenhar as funções e obrigações estabelecidas neste instrumento até que o saldo da **CONTA VINCULADA** seja efetivamente transferido para o novo banco arrecadador, a ser contratado nos termos do item acima, e com ele tenha sido celebrado o instrumento que substituirá o presente.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – Da vigência

14.1 – Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao prazo necessário até a liquidação integral de todas as Obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA – Do foro

15.1 – Para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23 JAN 2012

113

E por estarem ajustadas, as **PARTES** assinam, por seus representantes, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e eficácia, perante as testemunhas abaixo assinadas, autorizando o reconhecimento de firmas.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2012.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTOS - CEDAE

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

BANCO BRADESCO S.A.

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

1.

R.G.
CPF

2.

R.G.
CPF

PROCESSO: E-17/100.070/12
INÍCIO: 23/01/2012
FOLHA: 300
RÚBRICA:

À AJC-2 – Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP

Assunto: Numeração de Instrumento Jurídico

Em atendimento à OS nº14.695 de 24/05/2017.

Sra. Assistente,

Em cumprimento à Ordem de Serviço em epígrafe, solicito que seja **numerado** o INSTRUMENTO JURÍDICO abaixo relacionado(s), num total de 1 (uma) unidade, de acordo com as informações que seguem:

Processo: E-17/100.069/12		
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA P/ PREST. SERV. DE CONTA VINCULADA P/ OPER. DA 2ª EMIS. DEB. CEDAE		Lote: não se aplica
Tipo: CONTRATO	Subtipo: SERVIÇO	Nº: 046/2019.
		Diretoria demandante: DF
		Data assinatura: 09/02/2012
		Data Publicação: NÃO SE APLICA
Fls: 09-113	Contratado(a)/ Conveniente/Partícipe: PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. E BANCO BRADESCO S.A. CNPJ: 67.030.395/0001-46 CNPJ: 60.746.948/0001-12	

Após a **numeração** do instrumento jurídico acima relacionado, peço encaminhar o presente administrativo ao PRG (SISPRO) e, posteriormente à AMI-DP, responsável pela gestão do presente processo para controle e acompanhamento.

Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2019.

Bruno Ferreira de Oliveira

Bruno Ferreira de Oliveira
Gerente de Mercado de Capitais e Relações
com Investidores da AMI-DP - GER-AMI
CEDAE - Reg.: 0-019375-1

Recebido na AJC-2
Em 26 / 04 / 20
Entrada: 43 : 15 h
Ass: [assinatura]